



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE SÃO BERNARDO
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS
HUMANAS/SOCIOLOGIA

**A INTERDISCIPLINARIDADE NO ENSINO DE TEMAS SOCIOLÓGICOS:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E FORMAÇÃO CRÍTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL**

LEYLSON MENDONÇA SILVA

SÃO BERNARDO - MA
2026

LEYLSON MENDONÇA SILVA

**A INTERDISCIPLINARIDADE NO ENSINO DE TEMAS SOCIOLÓGICOS:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E FORMAÇÃO CRÍTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial obrigatório para a obtenção do título de licenciado em Ciências Humanas/Sociologia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Centro de Ciências de São Bernardo, MA.

Orientadora: Amanda Gomes Pereira

**SÃO BERNARDO - MA
2026**

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Mendonça Silva, Leylson.

INTERDISCIPLINARIDADE NO ENSINO DE TEMAS SOCIOLÓGICOS:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E FORMAÇÃO CRÍTICA NO ENSINO
FUNDAMENTAL : práticas Pedagógica E Formação Crítica No
Ensino Fundamental / Leylson Mendonça Silva. - 2026.
68 f.

Orientador(a): Amanda Gomes Pereira.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas -
Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, São
Bernardo- Ma, 2026.

1. Ensino de Sociologia. 2. Educação Básica. 3.
Formação Cidadã. 4. Pensamento Crítico. 5. Ciências
Humanas. I. Gomes Pereira, Amanda. II. Título.

LEYLSON MENDONÇA SILVA

**A A INTERDISCIPLINARIDADE NO ENSINO DE TEMAS SOCIOLÓGICOS:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E FORMAÇÃO CRÍTICA NO ENSINO
FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado como requisito parcial obrigatório para a obtenção do título de licenciado em Ciências Humanas/Sociologia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Centro de Ciências de São Bernardo, MA.

Orientador: Amanda Gomes Pereira

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Amanda Gomes Pereira

Prof. Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira

Prof. Dr. Wellington da Silva Conceição

Dedico este trabalho a todos aqueles
que me acompanharam nesta longa

jornada da minha vida, em especial ao
meu falecido pai Lenilson Silva
Sousa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha orientadora Amanda Pereira Gomes e a Deus por me guiar até a reta final desta graduação, em meio a um longo caminho de desafios finalmente consigo ver a glória do fim da jornada.

Agradeço especialmente aos membros da minha família que fizeram parte fundamental de toda a construção da minha vida acadêmica. Mas acredito que seria injusto não citar certas pessoas de modo específico neste trabalho. Devido todo seu empenho na criação deste que vos fala, agradeço fervorosamente a minha mãe Francisca Maria Mendonça dos Santos por sempre me manter nos trilhos da vida acadêmica.

Além desta que foi e é matriz que compõe parte de minha alma, agradeço também por me acompanharem nesta jornada, Minhas tias Domingas, Taynara e Aparecida Mendonça, Minha prima Jessica Nascimento Silva, Minha irmã Lenizy Mendonça da Silva, minha madrinha Naiana, padrinho Zeca(Caburé), meu padrasto Francisco Das Chagas e obviamente minha avó Raimunda Mendonça, e avôs Ilo e Tio Diu.

Agradeço ainda aos irmãos e irmãs que não compartilham meu sangue, mas que carregam pedaço de minha alma em seus corações, Rhaynara Campelo, Rafaela Cristina, Guilherme Vieira, Luana Pereira, Matheus D'Lucas, Ana Caroline, João Neto(John), João Vitor Silva e Italo lima, Marcelo Silva Lopes.

E por fim, mas não menos importante, meus queridos companheiros de curso que fizeram esta jornada se tornar menos trabalhosa e árdua, Bernardo Silva, Sharle Ferreira, Sofia Silva, Matheus Costa, e de modo geral todos os membros da turma 2021.2.

Agradeço intimamente a mim, por não ter desistido desta luta, e nem de si próprio, Como uma vez cantou Belchior : “Tenho sangrado demais, tenho chorado pra cachorro, ano passado eu morri mas esse ano eu não morro !”. Esses agradecimentos são minha forma de provar minha gratidão por ter participado de todo esse processo que foi viver a graduação de Licenciatura em Ciências Humanas – Sociologia, na UFMA do campus de São Bernardo – MA !

RESUMO:

O presente trabalho analisa a interdisciplinaridade no ensino de temas sociológicos: práticas pedagógicas e formação crítica no ensino fundamental, discutindo suas implicações, desafios e efeitos no contexto da Escola Municipal Francisca Maria, localizada no município de Magalhães de Almeida – MA. O objetivo central da pesquisa é compreender de que maneira a ausência da disciplina de Sociologia nesse nível de ensino impacta a formação crítica e cidadã dos estudantes, considerando que conteúdos de natureza sociológica são frequentemente abordados de forma fragmentada por docentes sem formação específica na área. Parte-se da hipótese de que essa ausência contribui para a reprodução de análises pautadas no senso comum, limitando a compreensão das dinâmicas sociais e o desenvolvimento do pensamento crítico. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, tendo como procedimentos metodológicos a observação das salas de aulas aliado à aplicação de questionários semiestruturados com professores e a análise do cotidiano escolar. O estudo acompanhou aulas dos componentes curriculares da área de Ciências Humanas, nas quais foram identificadas recorrentes discussões sobre cidadania, desigualdades sociais, política, cultura, religião e relações de poder. A fundamentação teórica apoia-se em autores como Bernard Lahire(2014), Émile Durkheim(2011), Paulo Freire(1987) e Bell Hooks(2017)

, cujas contribuições permitem refletir sobre o papel da Sociologia na formação cidadã e na desnaturalização dos fenômenos sociais. Os resultados evidenciam que a ausência de um ensino sistematizado de Sociologia favorece abordagens superficiais e opinativas, comprometendo a formação crítica dos estudantes. Conclui-se que a inserção da Sociologia no Ensino Fundamental, ministrada por profissionais habilitados, pode contribuir para uma educação pública mais democrática, reflexiva e emancipadora

PALAVRAS CHAVES: Ensino de Sociologia. Educação Básica. Formação cidadã. Pensamento crítico. Ciências Humanas.

ABSTRACT:

This study analyzes the Interdisciplinarity in the teaching of sociological topics: pedagogical practices and critical education in elementary school, examining its implications, challenges, and effects within the context of the Francisca Maria Municipal School, located in Magalhães de Almeida, Maranhão, Brazil. The research aims to understand how the absence of Sociology as a curricular discipline at this level affects students' critical and civic formation, given that sociological topics are frequently addressed in a fragmented manner by teachers without specific academic training in the field. The study adopts a qualitative, exploratory, and descriptive approach, based on classroom observations, with questionnaires applied to teachers, and analysis of the school's daily dynamics. The results indicate that lack of systematized Sociology teaching leads to superficial and opinion-based approaches, limiting students' understanding of social dynamics and weakening the development of critical thinking. The findings suggest that the inclusion of Sociology, taught by qualified professionals, can significantly contribute a more democratic, emancipatory public education

KEYWORDS: Teaching Sociology. Basic Education. Civic Education. Critical Thinking. Human Sciences

Tabelas

Tabela 1 Sujeitos e sujeitas da pesquisa	20
Tabela 2 Atividade aplicada na aula.	44

SUMÁRIO

Tabelas	8
1 INTRODUÇÃO	10
2. PERCURSOS METODOLÓGICOS	11
2.1. Situando o campo de pesquisa	11
2.2. Sujeitos da pesquisa e contexto educacional investigado	20
2.3. A ausência e a teoria por detrás da sociologia enquanto componente curricular da educação básica.	23
3. O CAMPO, SUAS PRÁTICAS E SEUS PROBLEMAS.	31
3.1 Ensino Religioso e Filosofia na sala de aula.	39
3.2. Geografia ; gênero e execução didática	48
3.3 História : Desinformações e política	54
4. CONCLUSÃO.	60
REFERÊNCIAS	64
APENDICE	66
Apendice I : Questionario	66

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho guiado por um juízo ético utiliza nomes fictícios para garantir a integridade e o respeito da pesquisa e do estudo para com a comunidade que permitiu que o estudo fosse concluído. Este trabalho tem como conteúdo a discussão acerca da *interdisciplinaridade no ensino de temas sociológicos: práticas pedagógicas e formação crítica no ensino fundamental*¹ na Escola Municipal Francisca Maria, localizada no município de Magalhães de Almeida – MA. A escolha do tema surgiu a partir das experiências vivenciadas durante a participação no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), inicialmente o tema se desenhou para uma pesquisa direcionada apenas para discutir as práticas pedagógicas de ensino da cultura e história Indígena e africana. No entanto, ao perceber que a pesquisa estava sendo guiada a outra natureza, eu enquanto pesquisador adaptei o tema. Pareceu ser coerente discutir usando o campo das ciências sociais e em específico da sociologia, e então abraçar todas as pautas que já ia discutir mas dessa vez com a sociologia envolvida. Deste modo foi possível realizar a aproximação com o cotidiano escolar e evidenciou a recorrente presença de conteúdos e debates de natureza sociológica sendo abordados de forma fragmentada e, muitas vezes, desprovida de fundamentação teórica específica.

A vivência no ambiente escolar revelou que temas como cidadania, desigualdades sociais, política, cultura, religião e relações de poder estão constantemente presentes nas práticas pedagógicas do Ensino Fundamental, sobretudo nos componentes curriculares da área de Ciências Humanas. Por mais que estes temas possuem uma natureza interdisciplinar, foi evidente que a perspectiva da sociologia fora mais adequada para a docência destes temas, contudo estas tais discussões costumam ser conduzidas por professores sem formação específica em Sociologia, o que pode resultar na reprodução de análises baseadas no senso comum, na simplificação de conceitos complexos e na limitação do desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes. Parte-se, portanto, da hipótese de que a ausência da disciplina de Sociologia no Ensino Fundamental em Magalhães de Almeida - MA tão qual no Maranhão

¹ O título do trabalho foi alterado seguindo as orientações da orientadora do trabalho Prof. Dra. Amanda Gomes Pereira do Prof. Dr. Wellington da Silva Conceição e Prof. Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira que orientou a mudança do título do trabalho para se adequar melhor as discussões de fato desenvolvidas dentro do trabalho. Para nível de informação o antigo título era “ A Inclusão do Ensino de Sociologia no Ensino Fundamental : Implicações, desafios e efeitos na escola Francisca Maria em Magalhães de Almeida – MA.

contribui para uma formação parcial dos alunos no que diz respeito à compreensão crítica da realidade social, política e cultural em que estão inseridos, impactando negativamente o exercício da cidadania e a capacidade de interpretação das dinâmicas sociais. Defende-se que a presença de um profissional licenciado em Sociologia poderia favorecer abordagens mais qualificadas, reflexivas e metodologicamente fundamentadas, potencializando o processo formativo dos estudantes.

A justificativa deste estudo fundamenta-se na relevância social e educacional da Sociologia enquanto ciência comprometida com a desnaturalização dos fenômenos sociais e com a formação de sujeitos críticos. Em um contexto marcado por desigualdades estruturais e por disputas ideológicas no campo educacional, discutir a inserção da Sociologia desde os anos iniciais da educação básica torna-se fundamental para fortalecer a educação pública, promover o respeito à diversidade e contribuir para a construção de uma formação cidadã mais ampla e democrática.

2. PERCURSOS METODOLÓGICOS

O presente capítulo tem como intuito apresentar aos leitores o percurso metodológico que guiou o desenvolvimento desta pesquisa, explicitando o campo empírico investigado, os sujeitos envolvidos e as estratégias adotadas ao longo do processo de investigação. Nos subtópicos que o compõem, são detalhados os laivos fundamentais necessários para a compreensão das etapas da pesquisa, permitindo ao leitor acompanhar de forma clara e sistemática os caminhos percorridos desde a inserção no campo até a produção e análise dos dados. Nesse sentido, o capítulo contempla a caracterização da escola pesquisada, as perspectivas do pesquisador enquanto sujeito inserido no contexto investigado, bem como o conjunto de práticas, interações e dinâmicas observadas no cotidiano institucional. Ao tornar visível o modo como o campo se organiza e se comporta, busca-se evidenciar a natureza qualitativa da pesquisa e os procedimentos metodológicos que a sustentam. Assim, a compreensão prévia dos aspectos aqui abordados mostra-se essencial para que o leitor possa interpretar adequadamente as análises desenvolvidas nos capítulos seguintes, contribuindo para uma leitura mais produtiva e para o entendimento consistente dos resultados apresentados ao longo do trabalho.

2.1. Situando o campo de pesquisa

Antes de aprofundarmos nos dados e nas análises de campo, cabe aqui uma contextualização do local onde a pesquisa foi realizada. O município de Magalhães de Almeida, situado no Maranhão e localizado na região nordeste, está no limite entre os estados do Maranhão e do Piauí, na Região do Baixo Parnaíba Maranhense, composta por 16 municípios. A sede do município se localiza a 3.39° de latitude sul e 42.2° de longitude oeste. Segundo Oliveira S. H. (2019), a extensão territorial de Magalhães demarca a fronteira com os municípios de São Bernardo/MA e Araióses/MA e também fazendo divisa com o município de Luzilândia/PI. Segundo o censo do IBGE de 2022, sua população se aproxima de 13.807 pessoas (IBGE 2022). O município tem 72 anos de emancipação política, e desde 1952 - ano da sua autonomia política - a política e educação seguem unidas ativamente dentro do município. Para além da organização administrativa, a política é um expoente norteador para as relações de trabalho desse município, por meio da política os moradores do município acessam cargos administrativos, e se tornam contratados.

Entretanto, ao longo desse processo histórico, surgiram também aspectos negativos que se fazem presentes até a atualidade. Em Magalhães de Almeida, a política se tornou um fator determinante para o acesso ao trabalho, à renda e, conseqüentemente, à sobrevivência de grande parte da população. O grupo político atualmente no poder mantém o controle desde o fim do século XX, e, ao longo desse período, as lideranças têm sido substituídas por familiares que assumem os mesmos cargos, consolidando um monopólio político que controla grande parte das oportunidades de emprego no município

Atualmente, o município inteiro conta com uma rede de escolas públicas que soma um total de 34 escolas municipais, sendo que esse contingente abarca escolas de ensino fundamental menor, e maior (tendo como entendimento o ensino fundamental menor correspondente de 1º ano a 5º ano, e fundamental maior do 6º ano ao 9º ano). Essa rede de escolas comporta um número de 2086 alunos, com 34 professores devidamente registrados, segundo o site Qedu². Ao expor todo esse cenário se almeja transportar o

² Baseado nos dados das provas SAEB/IDEB ; INEP – 2023, realizado dentro das escolas do município o site condensa todas as informações estatísticas e correlaciona com as metas entre as escolas expondo todas as informações necessárias para que sejam analisadas. [Magalhães de Almeida: Ideb | QEdu](#).

leitor para o espaço da pesquisa, mapeando os espaços escolares e seu alcance no que tange ao quantitativo de alunos e escolas.

Cabe aqui também esclarecer a posição em que a cidade se encontra no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que é: 4,8 nos anos iniciais; 3,9 nos anos finais e 3,1 no ensino médio - lembrando inclusive que as provas que são utilizadas para conseguir esses dados são realizadas provas que estão centradas em aferir o conhecimento do estudantes em português e matemática, um exemplo dessas é o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica).

Dentro deste cenário, ainda seguindo as indicações do site QEdu, a pesquisa foi feita na a Escola Francisca Maria que possui o maior IDEB do município e está situada na região central. Nesse sentido, usei como questionamento principal entender como é o ensino dentro da escola, trazendo dados sobre a infraestrutura, sobre o corpo docente e sobre o cotidiano escolar, em suas interações e processos de aprendizagem. Uma análise dos processos de ensino e aprendizagem - que são desenvolvidos durante as aulas de Ciências Humanas - é o que pretendo me ater para compreender em que medida a não obrigatoriedade do ensino de Sociologia nesse nível de formação leva a uma apreensão limitada e parcial dos contextos políticos, econômicos e sociais que atravessam cotidianamente a realidade dos magalhenses.

Pesquisar dentro da escola constitui-se como um processo indispensável para discutir sobre essa implementação da sociologia no ensino fundamental de Magalhães de Almeida³. De forma contundente, submeti o estudo a um processo de pesquisa de campo, permanecendo por aproximadamente dois meses na Escola Francisca Maria. Nesse período, acompanhei disciplinas cuja abordagem permitisse articular conteúdos da Sociologia com componentes curriculares da área de Ciências Humanas, conforme orienta a BNCC (2018). um período antes do recesso de Julho que perdurou do mês de maio até julho, e o exato período de 1(um) mês após o retorno das aulas por meados de setembro e outubro com outros componentes curriculares. Com auxílio e permissão da gestão da escola desde o meu primeiro dia de estadia no dia 20 de maio até o final da pesquisa, o diretor e também a diretora adjunta auxiliaram a pesquisa de forma positiva, estabelecendo sempre um diálogo acessível e contundente com a pesquisa.

³ No Brasil já existem escolas privadas e públicas que de forma efetiva ou experimental já ofertavam e ofertam a disciplina de sociologia no ensino fundamental. Como o colégio Pedro II e algumas escolas da rede pública de Belém segundo Nazaré(2017). As informações sobre o ensino de sociologia e o colégio Pedro II foram retiradas do site www.globo.com.

Estes foram os responsáveis por apresentar a equipe de professores da escola e fazer o primeiro contato do pesquisador com os professores, estes que também foram de fácil comunicação e assimilação do processo da pesquisa. Desse modo a estadia no campo escola foi facilitada referente a qualidade de estadia no campo, desse modo possibilitando que a pesquisa fosse concluída com sucesso. Sendo assim assisti as aulas de três professores e, nesse curto intervalo de tempo referente aos 2(dois) meses que de fato observei as aulas, pude perceber que as tentativas de diálogos interdisciplinares nas aulas estiveram voltadas para: Relações de trabalho, gênero, religiosidade, qualidade de vida e meio ambiente, cidadania e outros.

Nesse processo, tornou-se perceptível uma série de problemas que compõem as principais discussões acerca de como o ensino de Sociologia deveria ser implementado desde a Educação Infantil na escola pública. Foi notável ainda, a partir dos dados estatísticos já apresentados, que o nível educacional no município de Magalhães sofreu uma queda acentuada na transição entre o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Tal constatação gerou em mim — enquanto pesquisador e estudante do Curso de Ciências Humanas/Sociologia — uma inquietação sobre como a educação e a jornada escolar desses alunos podem ser desestimulantes e padronizadas a ponto de produzir efeitos significativos na continuidade de suas trajetórias estudantis. Dessa forma estes alunos podem vir a se tornar cidadãos que desconhecem ou ignoram seus direitos e deveres, contribuindo para o enfraquecimento de atitudes e comportamentos voltados ao exercício da cidadania. Essa realidade pode contribuir para que esses futuros estudantes não percebam a engrenagem social que contribui para a reprodução das desigualdades sociais, dentro e fora do ambiente escolar. Esse cenário pode, inclusive, desencadear desdobramentos que seriam potencialmente evitáveis caso sua trajetória escolar fosse adequadamente consolidada desde os anos iniciais da formação, assegurando-lhes não apenas acesso, mas também apropriação efetiva do capital cultural⁴ necessário para uma atuação cidadã plena.

A pesquisa foi realizada em turmas específicas, que seriam do 7º ano ao 9º do turno matutino referente às aulas do componente História. Geografia por sua vez pude acompanhar aulas desde as turmas de 6º ano até as do 9º ano. Já com Ensino religioso a maioria das aulas observadas foram no 6º ano no turno matutino e Filosofia do 6º ao 9º ano também no turno matutino. Algo que se mostrou presente em quase todas as

4.

turmas foi um forte comportamento dos alunos, algumas turmas sendo até um desafio o ato de dar aula, uma vez que os alunos hora ou outra se perdem entre si em assuntos diversos que não são referentes a aula, e daí se instaura conversas paralelas generalizada se tornando um desafio o simples ato de escutar o professor. Esse foi um grande desafio estar presente dentro do universo da escola e dentro da sala de aula do modo como fiquei, sempre nas últimas cadeiras da fileira. As pessoas que se sentam atrás são as mais afetadas por esse barulho desordenado, pois se torna impossível escutar o professor, e pude perceber que os alunos muitas das vezes perdem seu foco e atenção e acabam participando do caos provocado por outros membros da sala.

E por sua vez os professores durante os momentos de descanso comentam sobre as experiências de sala de aula, e acredito não ser exagero apontar um certo “ranqueamento” entre as salas de aula. Esse ranqueamento é criado pelos professores para os mesmos, colocando as turmas em uma lista de preferência para se dar aula. Mas não significa que conseqüentemente seja a turma com melhores alunos, pois os professores fazem essa diferenciação baseada no quanto os alunos ficam quietos e o professor conseguir fazer sua explanação de conteúdo. Mas com efeito esse de fato seria o melhor aluno? Uma vez que a construção de conhecimento é uma rua de via dupla onde o professor fornece conhecimento e o aluno também, sendo assim esse ranqueamento poderia ser visto até mesmo como um pequeno problema. Em seus comentários, os professores concordam senso entre si sobre comportamento de turmas, inclusive esse mesmo ranqueamento é passado a qualquer outro professor da escola ou colega de trabalho como um aviso, desse modo criando uma visão imaginária das turmas, da mesma forma que os alunos o fazem com os professores.

No que se refere às dimensões éticas da pesquisa, conduziu o trabalho de campo de modo a não interferir no desenvolvimento das aulas nem na atuação pedagógica do docente. Assim, abster-me de emitir opiniões, ainda que respaldadas por referenciais teóricos consolidados, preservando o desenrolar natural das interações educativas. Nesses momentos, enquanto pesquisador, mantive-me deliberadamente afastado das discussões que emergiram em sala de aula, atitude que contribuiu para produzir uma maior naturalização da minha presença no ambiente escolar — ainda que seja reconhecido, conforme amplamente discutido nos estudos etnográficos, que a entrada do pesquisador inevitavelmente altera, em alguma medida, as práticas e interações sociais (Geertz, 1989; Becker, 1997). Apesar disso, tanto os discentes quanto os

docentes demonstraram comportamentos relativamente espontâneos diante da minha presença cotidiana.

A partir dessas observações, foi possível extrair reflexões significativas acerca das práticas docentes e dos modos de socialização escolar, permitindo retomar a análise sobre a presença de conteúdos que poderiam ser melhor abordados por uma disciplina de Sociologia no Ensino Fundamental e os obstáculos que podem limitar sua efetivação. Desse modo, a investigação possibilitou compreender, com maior clareza, os potenciais impactos — estruturais e formativos — que a implementação sistemática da disciplina pode gerar no contexto de uma escola pública e na formação humanista dos estudantes, conscientes da necessidade de se respeitar o princípio da dignidade da pessoa humana.

Com as mudanças nas legislações educacionais que preconizam a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afrobrasileira e Indígena na educação básica, percebe-se, ao acompanhar as aulas da escola citada, que o conhecimento aprofundado das Ciências Sociais permitiria ao docente tangenciar temas e debates que, como destaca Lahire (2006), ampliaria a percepção da diversidade de povos e culturas que contribuíram para a formação da sociedade, permitindo aos estudantes em formação uma maior respeito à diversidade e tolerância com a diferença de valores, práticas e costumes.

Nesse sentido, a pesquisa parte do pressuposto que temas e debates sobre a ciência e sociologia já habitam as paredes da escola. Temas estes, que carentes de um preparo científico sobre as mãos de um profissional da área específica, serão repassados e assimilados nas mentes desses alunos que irão alimentar-se de opiniões demasiadamente atreladas ao senso comum. Em sala de aula, foi possível perceber que professores de diferentes áreas acreditam ser letrados na análise sociológica do mundo, desenvolvendo temas em uma perspectiva social com dificuldades, reduzindo as análises por meio de discursos simplistas e rasos, sem profundidade crítica e reflexivas.

É notório que somente essa escola do município contemple a nota acima de 5,0 no IDEB. Esses dados indicam o elevado nível de educação sobre o processo educacional, sendo mais curioso ainda o fato de que no ensino médio decai drasticamente os resultados, o que me fez questionar o quão pode ser considerado “bom” esse ensino, já que esse cai tanto em dados estatísticos. Magalhães de Almeida tem uma grande particularidade para com os formandos da cidade, em sua grande maioria os alunos formados dentro de escolas públicas desacreditam do ensino público —

informações acessadas por meio da minha experiência enquanto estudante da rede pública de ensino da cidade.

Após adentrar na Universidade Federal do Maranhão, convive com questionamentos sobre a minha escolha de formação e carreira e com comentários sobre a instituição pública do ensino como sendo um espaço de produção de conhecimento de menor qualidade, em que os alunos vivenciam longos períodos de greve. Muito se exaltava a “excelência da faculdade privada” e sempre se associava a faculdade pública como um espaço inferiorizado e que não exigia rigor dos estudantes. Tais comentários aguçaram minha curiosidade para entender quando começa a ser criado esse imaginário que os alunos carregam por tanto tempo. Mas, voltemos à nossa pergunta motriz, no fim das contas a sociologia não faz parte de um currículo fomentado na educação básica, entretanto não significa que assuntos que a permeiam e melhor seriam desenvolvidos por ela junto de seus objetos de estudo não sejam citados de forma indireta por professores que são atravessados pelos temas da disciplina em seus conteúdos.

Ao me debruçar sobre textos que ressaltam a importância do olhar sociológico como lente de compreensão do mundo, e a proeminência da imaginação sociológica na elaboração de leituras da realidade sociocultural e econômica, questiono se tais habilidades seriam desenvolvidas por profissionais que não passaram por uma formação acadêmica na área. Há muitas formas de acessar cosmologias e compreensões do mundo. Contudo, por mais que um senhor lavrador do Povoado Currealino elabore elucubrações filosóficas sobre sua própria vida, isso não o torna hábil em compreender a complexidade dos contextos sociais para além apreensão do senso comum.

A presença expressiva de docentes diplomados na Escola Francisca Maria⁵ é algo irrefutável. Sobretudo, durante a observação das aulas, foi possível identificar ponderações de caráter eminentemente político, o que nos coloca o seguinte questionamento: a titulação acadêmica, por si só, é suficiente para realizar uma prática docente crítica e coerente com os princípios da educação democrática?

É necessário reconhecer que esses profissionais são produtos de um contexto social e histórico moldados pela intensificação da polarização política no Brasil. Alguns dos professores observados, ao produzirem discursos de natureza política em sala de aula, revelam que foram formados em um período de ascensão de correntes políticas

⁵ Os nomes usados para se retratar a locais ou a pessoas são fictícios visando não comprometer a imagem dos agentes da pesquisas e não violar a ética da mesma.

conservadoras nas esferas de decisão pública, sobretudo no campo educacional. Tal movimento pode resultar em um retrocesso nas práticas de ensino e aprendizagem e no enfraquecimento da educação como instrumento de formação cidadã. Nesse cenário, destaca-se o movimento “Escola sem Partido”⁶, que, sob o pretexto de neutralidade ideológica e política em salas de aula e na educação de forma geral, constitui-se como um projeto de contenção da liberdade docente e de limitação da criticidade discente, retraindo assim o processo educativo voltado à emancipação e à formação de sujeitos conscientes. Desse modo, é imprescindível compreender que os docentes inseridos nesse contexto foram forçados em um ambiente político-educacional conflituoso, no qual a ideologia conservadora influenciou diretamente suas práticas pedagógicas e concepções de ensino.

Entretanto, ao produzirem discursos alinhados a tais perspectivas, esses professores acabam contradizendo os fundamentos éticos e pedagógicos da profissão docente, evidenciando um senso de contradição para com suas próprias formações é perceptível durante a pesquisa que tais professores por mais que fruto desse contexto histórico social conturbado ainda não podem ser totalmente isentos de praticar a docência como está, o que de fato ocorre é que o docente em questão simplesmente já faz parte dessa polarização política, e por isso escolhe um lado, e o traz para dentro das salas de aula, ou seja não é uma ação isenta de intenções puras e direcionadas. Essa incoerência demonstra que parte do corpo docente atua em sentido oposto ao compromisso social da educação, o qual pressupõe a promoção da reflexão crítica e o desenvolvimento da cidadania — dimensões ainda carentes de maior valorização e investimento no contexto educacional brasileiro. Essa contradição manifesta-se também nas interações entre os alunos, que, em conversas informais, expressam opiniões sobre as aulas e sobre os professores. Tais trocas, embora de natureza espontânea, configuram o que podemos chamar de “Avaliação Relâmpago”, na qual os estudantes constroem representações sociais sobre o corpo docente. Nesse processo, emergem classificações como “professores chatos” e “professores excelentes”, que passam a acompanhar a imagem desses profissionais dentro da comunidade escolar, influenciando a dinâmica das relações pedagógicas e a percepção coletiva sobre o ensino.

No campo da análise didático pedagógica, há uma crítica às metodologias tradicionais de ensino, baseadas em perspectiva que enxerga o estudante a partir de uma

⁶ Informações tiradas de sites e fóruns como “Ciência Hoje” e “FEusp”.

postura passiva, receptor de uma educação bancária (Freire, 1970), baseada na memorização dos conteúdos a serem aferidos nas avaliações disciplinares. Nesse cenário, não há espaço para a criatividade e para produção do conhecimento para além dos enquadramentos canônicos. Sendo assim esse aluno não será bem desenvolvido como cidadão e futuro agente social, logo ele irá ser apenas uma engrenagem da sociedade em que está inserido, e de forma cega sequer irá perceber que é componente de algo tão complexo como o organismo social.

A questão da formação docente vai além da titulação formal com diplomas e certificados, pois é nas práticas pedagógicas que se revelam as reais dificuldades e limitações do ensino. Muitos professores se apoiam em metodologias padronizadas, nem sempre adaptadas à realidade e aos contextos sociohistóricos e econômicos dos alunos - problema esse que protagoniza uma grande ação de menosprezo por parte de alguns alunos específicos, sobretudo em aulas com tempo reduzido e pouca margem para aprofundamento crítico. É nesse meio, que a ausência de uma disciplina como a sociologia se mostra um problema que se apresenta na ordem do dia, uma vez que para complexificar os debates e para que não haja uma adesão acrítica às narrativas sofistas, o estudante precisa compreender as bases ideológicas dos discursos e narrativas que atravessam as práticas docentes.

Na falta de ciências sociais fortes, e cujos resultados são o mais amplamente difundidos, os cidadãos ficariam totalmente desprovidos face a todos os provedores (produtores ou difusores) de ideologia, multiplicados ao longo das últimas décadas numa sociedade na qual o lugar do simbólico (ou seja do trabalho sobre as representações) é consideravelmente apagado. O papel dos especialistas da comunicação política (melhor, porém, seria falar de “manipulação política”) ou do marketing, dos jornalistas, dos pesquisadores, quase cientistas, dos retóricos mais ou menos hábeis, enfim, de todos os sofistas dos tempos modernos, não parou de crescer, e é, portanto, imprescindível transmitir, o mais racionalmente possível e para o maior número de pessoas, os meios de decifrar e de contestar os discursos de ilusão sobre o mundo social (Lahire, 2014, p.50).

Para realizar a prática de ensino de temas tão complexos, como desigualdade social, relações de poder ou identidade de gênero - esses que acabam sendo tratados de forma simplificada ou apenas sem o devido embasamento científico ou sem o método correto - é necessário promover uma virada epistemológica capaz de levar o alunado a se pensar enquanto cidadão, para além das análises e apreensões da realidade pautadas no senso comum. O estranhamento e desnaturalização são processos que atravessam as

análises sociológicas e a construção de um olhar sociológico, visto como lente de compreensão do mundo.

Assim, as metodologias empregadas, por mais bem-intencionadas que sejam, precisam partir de uma “autoavaliação”(Hooks, 1994) para dar conta de desenvolver nos alunos uma leitura crítica da sociedade que os cerca, o objetivo central do ensino sociológico na educação básica e, em especial, na formação empreendida pelo ensino fundamental.

Mas, e sobre o tema, o que esta informação tem a oferecer? Bem como havia explanado, esses professores os quais observei suas rotinas no exercício da docência - durante a pesquisa - apresentavam uma formação acadêmica sólida em suas áreas de domínio.

2.2. Sujeitos da pesquisa e contexto educacional investigado

Para compreender as trajetórias acadêmicas dos sujeitos da pesquisa, utilizei o google forms, com a aplicação de um questionário semiestruturado, com perguntas objetivas e abertas. Desse questionário⁷ Extrai os dados obtidos, e produz esta tabela informativa, com intuito de mostrar o quadro de professores, suas formações, gêneros, idades, religiões, e suas disciplinas. Todos esses pontos se tornam essenciais para podermos entender a estes professores enquanto atuantes da docência.

Tabela 1 Sujeitos e sujeitas da pesquisa

Professores	Idade	Gênero	Religião	Formação	Disciplina	Séries em que atuam
Manuel Diano	40	Masculino	Evangélico	Graduação em História pela Faculdade Cidade Guanhões-FACIG/2013; Especialização em História do Brasil pelo Instituto de Ensino Superior Múltiplo-IESM.	História Ensino Religioso	7 ao 9 ano; (apenas 6 ano)
Domingas	46	Feminino	Evangélica	Licenciatura em	Geografia	6 ao 9 ano

⁷ O questionário se encontra no campo de Apêndices deste trabalho,, este mesmo foi feito pela plataforma google forms

				geografia UFMA/2013.	pela		
Joel	44	Masculino	Sem Religião	Graduação PEDAGOGIA UFMA, 2015; ESP. PSICOLOGIA NA IESB 2018; ATUALMENTE FAZENDO MESTRADO.	DE na	Filosofia	6 ao 9 ano

Fonte: Arquivo da Pesquisa, 2025.

As aulas, em suas propostas reflexivas, foram planejadas a partir de uma metodologia não inclusiva, por mais que se baseassem em uma perspectiva dialógica fundamentada em questões geradoras de debate com a turma. A impressão, como pesquisador inserido neste contexto, é que esses diálogos se estabeleciam instaurando um caos desordenado como já falado antes, levando a dispersão da turma. Para elucidar essa análise, trago a observação da aula da Professora Domingas, ministrada no dia 25 de setembro⁸, quando a professora resolveu corrigir e coletar dados de uma pesquisa antes passada para casa com assuntos sobre sustentabilidade e meio ambiente, em uma das turmas da escola Francisca Maria.

No dia em questão foi perceptível como a turma se perde fácil em concentração, e o quão grande é o desafio de inovar em metodologias práticas para desenvolver e estimular os alunos a desenvolverem suas capacidades cognitivas, a ponto de que a professora em questão não conseguiu passar conteúdo em sala de aula. A turma completamente dispersa fazendo parecer que a sala estava vazia e que a professora não estava ali corrigindo as poucas atividades que foram retornadas de casa já feitas, todos esses elementos dificultam e podem encarcerar essa professora as metodologias pragmáticas do cotidiano que mais funcionam - as aulas somente com livro no modelo de pedagogia um tanto mais tradicional, não sendo a mais correta a se aplicar, vindo a necessidade dos alunos por métodos dinâmicos para conseguir a atenção destes alunos e os fazerem participar - Dessa forma a professora se encontra aprisionada a essa situação nas salas de aula, onde conseguir a atenção dos alunos é a maior dificuldade, e onde o caos pode se instaurar com extrema facilidade e por a perder todo o aproveitamento do pequeno horário da aula que é apenas 50 minutos .

⁸Arquivo de pesquisa, 2025.

Alguns dos professores observados tendem a divagar de forma excessiva sobre temas que atravessam a Sociologia enquanto ciência, a qual se fundamenta no rigor metodológico e na análise crítica desses fenômenos para além do senso comum. Desse modo, o potencial formativo desses conteúdos acaba sendo esvaziado quando docentes sem formação específica na área se propõem a conduzir tais discussões justamente dentro da perspectiva de análise sociológica, resultando em abordagens superficiais e desprovidas de fundamentação teórica adequada - por exemplo, sobre política, e geopolítica, ou assuntos bem divergentes como, a teoria comunista, capitalismo, questões de gênero e muitas outras que são desenvolvidas pela ciência social - sem abarcar a complexidade que atravessa esses temas. O problema é bem maior do que aparenta quando pensamos que o que o professor irá propagar não será conteúdo sobre esses temas, afinal essa matéria ou componente curricular sequer existe na grade curricular do ensino fundamental, quiçá existirá um profissional dessa área para explicar corretamente todos esses conceitos, evitando assim a difusão de sentidos comuns dentro da escola, situada na cidade de Magalhães de Almeida.

O município de Magalhães de Almeida como município iniciou como uma vila em meados de 1925, sobretudo o município se tornou independente e se desmembrou de São Bernardo, ao qual era antes anexado (Wagner, 1999). Desde então, décadas se passaram e os representantes políticos sempre foram bem presentes nas demandas dos cidadãos e isso também permanece nas atualidades até o momento que o cidadão se mantenha alinhado com o grupo político vigente no momento. Desde os primeiros registros da história do município existe a valorização desse espaço político, a população magalhense foi dividida entre os popularmente chamados *Cambirimbas* e *Pau de latas*⁹

. Ainda que sendo opositor uns aos outros a liderança de ambos os grupos desde a gênese desse cenário político sempre se preocupou com os cidadãos do município. Existe em toda essa história porém malefícios, justamente a uma atualidade em Magalhães de Almeida. Como dito acima a política é um expoente que pode determinar sua fonte de renda e por conseguinte sua sobrevivência. O atual partido político se mantém no controle desde o fim do século XX e durante todos esses anos o poder político se tornou uma atribuição hereditária como já falado antes neste trabalho . Sendo assim, as famílias que entram nesses serviços vendem sua escolha política por um

⁹ “Magalhães de Almeida e sua História” por Wagner Moura (1999). Os dois são opostos, sendo que atualmente o grupo político da família Carvalho - *pau de lata* - é a família que se mantém no poder e logo gerencia toda a política do município.

salário mínimo, e no momento em que o líder político percebe tendências à troca de lado político vindos do trabalhador, este mesmo poderá perder seu trabalho, que é a fonte de renda devidamente digna com um salário mínimo.

Os futuros cidadãos de Magalhães de Almeida crescerão inseridos nesse contexto político, muitas vezes presos ao vínculo que seus pais mantêm com determinados grupos para garantir seus empregos e, conseqüentemente, o sustento de suas famílias. Diante disso, torna-se evidente a necessidade de formar, na escola, sujeitos sociais capazes de romper com esse ciclo histórico. É fundamental que esses estudantes conheçam seus direitos e deveres enquanto cidadãos, pois serão eles os responsáveis por manter o município em funcionamento nas próximas gerações. Essas novas gerações não podem ser meros reprodutores da lógica política vigente; para isso, é imprescindível que a educação seja de fato libertadora, como defendia Paulo Freire (1970), e não apenas uma ferramenta de reprodução das estruturas sociais e de suas injustiças. Apesar de ser um desafio árduo, esse é um objetivo possível e necessário. Nesse processo, a sociologia, enquanto disciplina crítica e reflexiva, tem um papel essencial ao contribuir para a formação de estudantes conscientes, capazes de compreender, questionar e transformar a realidade que os cerca.

Ao analisar o contexto social e político do município de Magalhães de Almeida, e considerando a ausência do ensino de Sociologia nos anos iniciais, observa-se a recorrência de problemáticas como racismo, xenofobia, homofobia, entre outras, que se manifestam e se intensificam ao longo da trajetória escolar dos estudantes. Embora tais temas tenham uma maior sensibilidade e apelo a análise sociológica em uma formação moral e empatia, frequentemente são abordados de maneira superficial e acrítica por docentes que, sem formação específica na área, tendem a tratá-los como meras opiniões pessoais, fundamentadas em vivências individuais, e não como objetos de reflexão científica que exigem rigor teórico e metodológico para a formação de cidadãos críticos. Ao chamar atenção para esse aspecto, não desconsidero que a experiência pessoal seja uma importante ferramenta para apreensão do mundo, afinal, há uma dimensão da aprendizagem baseada na experiência. Todavia, em um mundo cada vez mais diverso, a opinião pessoal não deve ser parâmetro para julgamento das vivências alheias. Então a sociologia surge mais uma vez como um farol que guiava essa futura geração de estudantes para uma vida em sociedade mais saudável, por assim dizer.

2.3. A ausência e a teoria por detrás da sociologia enquanto componente curricular da educação básica.

Ao tomar parte da discussão desenvolvida por Lahire (2014) para entendermos o porquê ou melhor para que deveríamos ter a presença do ensino de sociologia temos que primeiramente responder “para que serve a sociologia” afinal? Se nos debruçarmos sobre este questionamento, a Lahire nos coloca que respondê-la não está descolada dos poderes que atravessam a realidade daqueles que se dedicam a questionar a utilidade da sociologia. O conhecimento sociológico, por mais que em sua origem parta do pressuposto de oferecer soluções para os problemas sociais, muitas dessas propostas vão de encontro aos poderes instituídos, ferindo suas intenções de legitimação ideológica.

A prática da docência sociológica provoca um posicionamento voltado para a escuta constante de perguntas como essas, e até mesmo aos formandos e formandas que já exercem sua função enquanto sociólogos, essas perguntas surgem incisivamente daqueles que os assistem.

O fato de a sociologia constituir-se como o estudo sistemático da sociedade pode levar à ilusão analítica entre aqueles que não possuem uma disposição para a reflexão crítica. Muitos indivíduos, movidos por curiosidades baseadas em suas experiências cotidianas, tendem a buscar respostas imediatas que apenas satisfazem sua inquietação momentânea, sem compromisso com uma compreensão complexa dos fenômenos sociais. Essa atitude leva a uma falsa percepção de domínio do objeto sociológico, expressa na crença de que “viver em sociedade” equivale a “compreender a sociedade”. Essa concepção, porém, aponta para uma confusão fundamental entre realidade sensível - acessada pela empiria - e análise científica. O simples fato de participar da vida social não implica compreender suas estruturas, dinâmicas e contradições. A sociologia, enquanto ciência, propõe justamente superar essa aparência de familiaridade por meio de um olhar crítico e metodologicamente orientado sobre as realidades sociais.

Porém, a sociologia foi uma ciência que nasceu de uma enorme luta durante o século XIX e XX para que se formasse seu conhecimento científico e o seu corpo disciplinar. De tal forma que a sociologia só fora de fato entendida como uma ciência própria a partir dos escritos de Durkheim que fez o seu trabalho direcionado a entender e explicar o que delimita o campo da sociologia e a forma específica a qual o sociólogo deve agir durante a pesquisa científica. Tudo isso em sua obra “Regras do Método

Sociológico” foi o início, quando nasceu os primeiros consensos sobre a natureza da sociologia enquanto ciência.

Podemos assim representar-nos, de maneira precisa, o domínio da sociologia. Ele compreende apenas um grupo determinado de fenômenos. Um fato social se reconhece pelo poder de coerção externa que exerce ou é capaz de exercer sobre os indivíduos; e a presença desse poder se reconhece, por sua vez, seja pela existência de alguma sanção determinada, seja pela resistência que o fato opõe a toda tentativa individual de fazer-lhe violência. Contudo, pode-se defini-lo também pela difusão que apresenta no interior do grupo, contanto que, conforme as observações precedentes, tenha-se o cuidado de acrescentar como segunda e essencial característica que ele existe independentemente das formas individuais que assume ao difundir-se. Este último critério, em certos casos, é inclusive mais fácil de aplicar que o precedente. De fato, a coerção é fácil de constatar quando se traduz exteriormente por alguma reação direta da sociedade, como é o caso em relação ao direito, à moral, às crenças, aos costumes, inclusive às modas. Mas, quando é apenas indireta, como a que exerce uma organização econômica, ela nem sempre se deixa perceber tão bem. A generalidade combinada com a objetividade podem então ser mais fáceis de estabelecer. (Durkheim,1995 ,p.10).

Houve toda uma discussão sobre o que de fato caberia a sociologia estudar e foi a isso que Durkheim se dedicou a delimitar e a definir e o fez de forma satisfatória ao analisar os eventos e elementos que nos cercam desde sempre como “coisas”, transformando a conformidade no conteúdo científico, sendo esse o grande desafio desta obra - como na definição acima podemos ter todo e qualquer elemento desde que formem formas de ser, agir e pensar, e desde que sejam gerais, coercitivos e externos ao indivíduo. Sob esse prisma, qualquer fato social que nos cerca é caracterizado como fatos sociais - desde que cumpra esses pressupostos - e pensando nessa perspectiva podemos perceber que instituições e temas como família, educação, saúde, violências, relações de poder e muitas outras questões do mundo social estão sujeitas às pesquisas científicas, pautada em princípios sociológicos - pela sociologia.

No mais ao que confere a esta discussão o seu tom de questionamento, o que mais preocupava Lahire (2014) era o fato de que ao procurar responder um questionamento como: “ pra que serve a sociologia” deveríamos nos guiar a um questionamento de “para quem?” e não “para o que?”. Essa é uma ideia equivocada das grandes forças da sociedade, a de entender que a sociologia é um instrumento de poder que está a serviço de qualquer que seja o grupo social que exerça poder - e é justamente nesse pensamento que se enganam a maioria dos que procuram respostas para as perguntas que antes foram postas.

O fato é que a sociologia tão pouco precisa de uma resposta absoluta, e muito menos de servir a alguém. Pelo contrário, a sociologia é uma ciência dos questionamentos, das perguntas, da estranheza. Como campo científico, o ímpeto da sociologia ataca, questiona, busca lapidar todos os pensamentos e elementos que circundam o meio social sem tomar para si a necessidade de servir a qualquer poderes instituídos e legitimamente reconhecidos na sociedade. Com isso quero dizer que a sociologia causa um desconforto enquanto ciência, e é justamente por questionar as formações e formas que a sociedade assume que o olhar sociológico é forjado para se contrapor às naturalizações, levando a um estranhamento das normas e valores que regem o mundo à nossa volta.

Então, depois de toda essa explanação podemos até nos perguntar se realmente seria necessário inserir esses pensamentos e ideias dentro do campo da educação básica. Pelo possível desafio em propor aos alunos da rede de ensino básico do ensino fundamental que discutam sobre temas da sociologia que são dotados de complexidade. Contudo ainda acrescento que explorar esses temas com esse público infanto-juvenil é algo imprescindível ou até sem resultados futuros. Pelo contrariou temas como os da natureza das ciências sociais podem melhorar nesses alunos e futuros cidadãos suas convivências em sociedade os transformando em pessoas que conseguem melhor compreender as inúmeras realidades que existem além da de si próprio sendo assim isso tornaria esse aluno um agente social mais competente que futuramente vai conviver em sociedade e todas as suas diversidades que residem na mesma.

A ideia, segundo a qual ensinar reflexividade e recuo até mesmo na formação moral e cultural da criança, constituiria uma operação psicologicamente desestabilizadora é, no fundo, a manifestação de um profundo etnocentrismo. Pensar que é necessário construir suas referências, suas “marcas”, sua “identidade”, antes mesmo de poder começar a tomar consciência da diversidade social (cultural, civilizacional, política, etc.) é, com efeito, o melhor meio de conduzir a todas as formas de etnocentrismo, consistindo em “repudiar pura e simplesmente formas culturais: morais, religiosas, sociais, estéticas que são as mais distantes daquelas com as quais nos identificamos” (LEVI-STRAUSS, C. *Race et histoire*. Paris: Folio, 1987, p. 19). O estado atual do mundo social exigiria mais imaginação e deveria, notadamente, levar a pensar que a identidade individual e a personalidade da criança não podem mais doravante se construir fora do exercício de reflexão que lhes confere às ciências sociais. (Lahire, p.55, 2014)

Formar cidadãos é o grande empenho que o estado em fazer com que os estudantes permaneçam cerca de 18 anos de suas vidas dentro de sua formação

educacional é justamente para se tornar um cidadão e exercer essa função na sociedade. Assim sendo a sociologia novamente não tem sequer um empecilho que a mantenha teoricamente fora das escolas e fora do exercício docente, pois esta ciência é grande responsável juntamente das outras que compõe a educação básica de ajudar a entender a sociedade, os cidadãos ao longo da história fazendo assim com que a sociedade possa se manter saudável e em perfeito funcionamento, mediante a isso Lahire(2014) também pontua ;

Os estados, em toda parte do mundo, sublinham a necessidade de formar para a cidadania, e visam geralmente responder a essa exigência pelo ensino moral ou da educação cívica. Ora, as ciências do mundo social poderiam e até mesmo deveriam estar no centro dessa formação: o relativismo antropológico (que não tem nada a ver com um indiferentismo ético), a tomada de consciência da existência de uma multiplicidade de “pontos de vista” ligada às diferenças sociais, culturais, geográficas, etc., o conhecimento de certos “mecanismos” e processos sociais etc., tudo isso poderia utilmente contribuir para formar cidadãos que seriam um pouco mais sujeitos de suas ações em um mundo social desnaturalizado, um pouco menos opaco, um pouco menos estranho e um pouco menos indomável.(Lahire, p.59 , 2014)

Sobretudo no que se refere ao âmbito científico da Sociologia e aos seus materiais de estudo, reconhece-se a complexidade metodológica dentro do conhecimento empírico sobre as áreas específicas das Ciências Sociais. Diante disso, torna-se indispensável colocar-se em estado reflexivo sobre os desafios de implementar esses conteúdos — de reconhecida complexidade teórica — no processo de construção da aprendizagem no ensino fundamental. Temas como geopolítica, relações de gênero, pautas indígenas e negras, implicações sobre o mundo do trabalho, bem como as problemáticas que tangenciam às diversas formas de violência e de poder, todos estes temas são objetos de estudo que podem e são melhor abordados em uma análise fundamentalmente da Sociologia. Esses campos de investigação buscam promover a compreensão científica da realidade social, mas, frequentemente, têm sido substituídos por interpretações baseadas em senso comum.

A questão que coloco, portanto, é: por que problematizar a inserção desses temas no ensino fundamental? Lahire(2014) outrora já ponderou sobre este aspecto o seguinte

Poderíamos responder a tal interrogação perguntando, primeiramente, por que a fazemos particularmente a respeito da Sociologia. Considerando uma disciplina como a História – ensinada em um país como a França, desde a escola primária –, constatamos a mesma

diversidade que na Sociologia, de métodos, de modos de construção da realidade histórica, os mesmos debates sobre a cientificidade (ou a não-cientificidade) da História e sobre seus laços com concepções ideológicas. Esta diversidade intrínseca das maneiras de fazer e de escrever a história (história quantitativa ou micro-história, história política das idéias ou história social da cultura, história estrutural ou história factual.) não impede, todavia, essa disciplina de estar presente desde a Escola primária. A diversidade teórica e metodológica não é absolutamente um sintoma de não-cientificidade, mas o sinal de um funcionamento “normal” das pesquisas. Do mesmo modo, qual literatura estamos ensinando? O que é que provoca a naturalidade e a evidência do ensino da literatura (de uma parte do patrimônio literário), senão o hábito que nós temos de vê-las no cenário escolar? (Lahire, p.52, 2014).

Não existiria por fim um real motivo que mantivesse a sociologia em um espaço abaixo de outras disciplinas como a própria história em uma esfera de complexibilidade dos conteúdos ministrados. Não seria como se tivéssemos que colocar enquanto professores de sociologia devidamente licenciados trazer toda a complexidade dos conceitos sociológicos em sua natureza mais pura. Pelo contrário seria mais um dever desse profissional da sociologia desenvolver esse tema de acordo com o público infanto-juvenil, ainda como indica Lahire(2014).

Se pensarmos imediatamente em teorias, conceitos ou “grandes autores”, é bem evidente que a Sociologia não é transmissível no âmbito da Escola primária. É evidente, por consequência, que é a adaptação com razão de um certo número de ferramentas e de aquisições fundamentais dessas ciências que se trataria de ensinar; e não uma cultura científica-universitária: os comentários científicos sobre a sociologia compreensiva de Max Weber ou a antropologia estrutural de Claude Lévi-Strauss não têm, com efeito, nada de semelhante ao nível escolar. A tradução de “saberes científicos” em “saberes escolares” tendo tido êxito na Escola primária – tanto com ciências do homem próximas da Sociologia (a História e a Geografia) quanto com ciências ainda mais abstratas e formais (as matemáticas) –, não vemos o que impediria os sociólogos de proceder da mesma forma. (Lahire, p.53, 2014)

O esforço reflexivo se justifica pelo fato de que tais assuntos já estão presentes no cotidiano escolar, emergindo espontaneamente nas interações entre estudantes, professores e comunidade. Como observa a própria natureza da Sociologia, seus objetos de estudo são intrinsecamente presentes nas vivências humanas dentro de seus cotidianos, o que leva muitos a acreditarem que o conhecimento empírico ou prévio sobre esses temas é suficiente para ensiná-los. No entanto, essa prática acaba por criar discursos de senso comum e superficiais, que deixam ainda mais raso o aprofundamento desses conceitos, afastando o processo educativo do rigor científico que a Sociologia

exige. A educação pode ser compreendida como um processo contínuo e intencional pelo qual indivíduos são inseridos na cultura, desenvolvem capacidades intelectuais, emocionais, sociais e éticas, e tornam-se aptos a participar ativamente da vida coletiva. Ela não se limita à transmissão de conhecimentos, mas envolve também a construção de valores, a formação de identidades e o desenvolvimento de habilidades necessárias para agir com autonomia e responsabilidade.

O processo educacional, por sua vez, constitui o conjunto de práticas, interações, instituições e experiências que promovem essa formação. Ele se estende por toda a vida — desde a família e a escola até a convivência social, o trabalho e as vivências culturais — porque aprender é parte essencial da própria condição humana.

Durkheim(1922, p.53) destaca:

O resultado destes fatos é: que cada sociedade elabora um certo ideal do homem, ou seja, daquilo que ele deve ser tanto do ponto de vista intelectual quanto físico e moral; que este ideal e, em certa medida, o mesmo para todos os cidadãos; que a partir de certo ponto ele se diferencia de acordo com os meios singulares que toda sociedade compreende em seu seio. E este ideal, único e diverso ao mesmo tempo, que é o polo da educação. Portanto, a função desta última é suscitar na criança: 1) um certo número de estados físicos e mentais que a sociedade a qual ela pertence exige de todos os seus membros; 2º) certos estados físicos e mentais que a grupo social específico (casta, classe, família, profissão) também considera como obrigatórios em todos aqueles que o formam. Assim, é o conjunto da sociedade e cada meio social específica que determinam este ideal que a educação realiza. A sociedade só pode viver se existir uma homogeneidade suficiente entre seus membros; a educação perpetua e fortalece esta homogeneidade gravando previamente na alma da criança as semelhanças essenciais exigidas pela vida coletiva.(Durkheim. p.53, 1922)

De modo complementar, Durkheim (1922), ao entender a educação como um processo social que se compromete na formação do ser social em cada indivíduo para um futuro exercício em cidadania, reforça que o ensino deve ser ministrado por especialistas capazes de transmitir os valores, normas e saberes necessários à república. Para o sociólogo, a escola possui um papel essencial na formação moral e intelectual das pessoas, e sua eficácia depende do domínio técnico e científico dos docentes sobre as áreas que lecionam. Logo, quando conteúdos sociológicos são ministrados e atravessados por professores sem formação específica, há o risco de comprometer o ideal educativo da escola, uma vez que o conhecimento transmitido perde seu caráter sistemático e científico e crítico.

Destarte, o problema não se encontra na complexidade dos temas, mas na forma pela qual eles são explorados e repassados no contexto escolar. A dificuldade central emerge quando docentes de outras áreas assumem a responsabilidade de ensinar conteúdos sociológicos sem formação específica na disciplina - e até mesmo sem saber que os temas que tangenciam em suas aulas foram amplamente analisados e pesquisados pelas Ciências Sociais. Essa prática tende a distorcer o conhecimento e a transformá-lo em senso comum, comprometendo o aprendizado, sem compromisso e com os rigores metodológicos ao qual a ciência corresponde. Por essa razão, é indispensável a presença do docente licenciado em Sociologia nas escolas, uma vez que o profissional com formação na área pode garantir uma abordagem crítica, teórica e metodologicamente fundamentada, contribuindo para a formação de sujeitos reflexivos e conscientes de sua realidade social.

Desse modo, o problema não se reduz ao fato de existirem temas complexos; afinal, não há como desvinculá-los da escola, até porque é justamente nesse espaço que se espera desenvolver o pensamento crítico - ou, ao menos, seus primeiros esboços. Como apontado por Lahire(2014) : “Uma ciência empírica – escreveu Max Weber – não seria ensinar a quem quer que fosse o que ele deve fazer, mas somente o que ele pode – e se for o caso – o que ele quer fazer” (M. WEBER, *Essais sur la théorie de la science*. Paris: Presses Pocket, Agora, 1992, p. 125).(Lahire, 2014, p. 46).”

Ao ensinar sociologia no ensino fundamental a ideia não é criar uma reprodução de sistemas, por exemplo quando ensina-se sobre as relações de trabalho e as classes sociais, a ideia do docente licenciado em sociologia não é criar um exército de marxistas, a ideia é conscientizar toda a comunidade escolar e em específico do ensino público sobre a suas realidades, e a partir disso esses alunos que crescem com o conhecimento desse problema irão se tornar cidadãos que conhecem seus direitos e que reconhecem as injustiças sociais e poderam se contrapor a elas.

No âmbito do ensino de Sociologia no ensino fundamental, não se trata de induzir os estudantes à adesão a sistemas teóricos específicos, tampouco de realizar a reprodução mecânica de doutrinas ideológicas. Ao trabalhar conceitos como relações de trabalho, estratificação e classes sociais, o docente licenciado em Sociologia atua, conforme destaca-se autores como Émile Durkheim, no processo de socialização reflexiva, isto é, na formação de sujeitos capazes de compreender as estruturas sociais que moldam suas experiências. Assim, longe de constituir um projeto de adesão a

perspectivas teóricas particulares - como seria a caricatura de formar um “exército de marxistas” - o ensino sociológico busca fomentar, sobretudo no contexto da escola pública, uma consciência crítica acerca das condições objetivas de existência.

Essa orientação dialoga diretamente com a pedagogia crítica de Paulo Freire, para quem a educação deve possibilitar aos sujeitos a leitura e a interpretação do mundo, de modo que reconheçam as contradições sociais e se percebam como agentes históricos. Ao promover o entendimento das desigualdades, dos direitos e dos mecanismos de reprodução social, a Sociologia contribui para a formação de estudantes que não apenas identificam injustiças, mas que também desenvolvem competências argumentativas e participativas para intervir no espaço público. Nesse processo formativo, o objetivo é constituir cidadãos capazes de articular análise, posicionamento e ação, elementos essenciais para o fortalecimento da vida democrática e para a transformação das realidades sociais que os atravessam.

No município de Magalhães de Almeida, as escolas públicas atendem integralmente às crianças residentes, cuja maioria pertence às famílias da classe trabalhadora. Essa mesma população ocupa e vivenciam os espaços públicos, entre eles a escola; por isso, torna-se fundamental que temas relacionados ao trabalho e à experiência da classe trabalhadora - compreendida em seus contextos e nos processos históricos que a constituem - sejam abordados de maneira consciente e bem orientada. A discussão qualificada sobre essas questões contribui para preparar os estudantes para situações reais que poderão enfrentar no futuro, desenvolvendo compreensão crítica sobre seu papel na sociedade. A partir dessa sensibilização, as engrenagens sociais podem ser movimentadas de forma mais justa, permitindo que a educação cumpra, ainda mais, sua função de formar cidadãos aptos a atuar em uma sociedade plural e composta por diferentes setores e sujeitos - com suas mais diversas identidades.

Ele pode, enfim, ver que a “utilidade” pode esconder uma relação servil frente aos dominantes (politicamente, culturalmente, religiosamente, economicamente...) e considerar que a produção de verdades sobre o mundo social vai frequentemente ao encontro das funções sociais de legitimação, de justificação dos poderes (e dos políticos) que podem querer atribuir às Ciências Sociais. (Lahire, p.48, 2014).

E tal qual o pensador Lahire chega a concluir, podemos também entender que encontrar a “utilidade” da sociologia não precisa ser a missão de vida dos cientistas sociais e muito menos de uma prática de ensino da sociologia. Até porque ao tentar

buscar uma utilidade para a sociologia acaba colocando a mesma no espaço de identificação como algo a ser usado, uma ferramenta para alguém empunhá-la e utilizar segundo seus interesses. Quando já foi dito neste trabalho que o ímpeto da sociologia é exatamente o contrário. Diria de forma simplista que a sociologia é a ciência do incômodo, cujo normal para a sociedade não é o espaço seguro e de conforto e sim onde se deve problematizar as formações que normalizam e naturalizam essas “normalidades”.

Apesar disso, essas informações ajudam a fomentar o pensamento a respeito do problema da ausência da sociologia no ensino fundamental de Magalhães de Almeida. O fato é que questionamentos alheios à criticidade e ao ensino de qualidade turva a real importância de que os alunos desde cedo sejam condicionados a exercer a sua criticidade na escola e principalmente no mundo externo a eles inicialmente. Então, o ideal seria que os alunos tivessem não somente o contato com esses temas e discussões, mas com profissionais preparados para exercer suas funções e, enquanto professores, pudessem desenvolver essas ideias com embasamento teórico e senso crítico, construindo análises sobre o mundo a sua volta para além do senso comum,

3. O CAMPO, SUAS PRÁTICAS E SEUS PROBLEMAS.

As atividades de observação na Escola Municipal Francisca Maria, que oferta o Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano, tiveram início no mês de maio de 2025. Considerando os objetivos deste trabalho, é fundamental analisar se, no cotidiano escolar, é possível identificar a presença de temas relacionados às Ciências Sociais e, de modo particular, à Sociologia. Busca-se, assim, explorar aspectos específicos que permitam verificar se esses conteúdos estão sendo abordados e de que forma aparecem nas práticas pedagógicas. Essa análise servirá como base para evidenciar a importância do ensino de Sociologia realizado de maneira adequada, por um profissional habilitado na área, capaz de transmitir tais conhecimentos com rigor, intencionalidade e fundamentação teórica.

Desse modo, a análise inicial dedicou-se com empenho à observação das aulas e das dinâmicas cotidianas presentes na sala de aula, uma vez que para podermos compreender o que efetivamente ocorre no ambiente escolar, e na sala de aula, constitui etapa fundamental da investigação. Ao entender que a Sociologia não compõem, de modo geral, o currículo obrigatório do ensino fundamental, emergiu uma inquietação

incessante que orientou a pesquisa para a observação direta das práticas docentes. Verificou-se que a instituição, de fato, não dispõe de um conteúdo programático específico voltado ao ensino de Sociologia.

No entanto, a análise de campo revelou que existem sim explicações de conteúdos que atravessam os campos das Ciências Sociais, nos componentes curriculares pertencentes à área de Ciências Humanas — História, Geografia do ensino fundamental anos finais, segundo as orientações da BNCC (2018). Além desses campos diretamente interligados às Ciências Humanas e Sociais, ainda consegui encontrar a presença desses elementos nos componentes curriculares de ensino religioso e também filosofia, quando ocorre a disseminação de concepções baseadas numa construção moral que atravessa a sociologia em alguns momentos. Tais elementos aparecem de forma naturalizada nas práticas pedagógicas dos docentes responsáveis por esses componentes, ainda que sem um tratamento conceitual pouco consistente e desalinhado aos referenciais teóricos da Sociologia.

A partir do dia 20 de maio deu-se o início o período de observações, inicialmente foram observadas as aulas do componente curricular de história no turno matutino. Essa foi a disciplina a qual atenciosamente observei, e logo em seguida foram observadas as aulas de Filosofia e Ensino Religioso. E dentro de todos os campos analisados foi perceptível a presença de falas que permeiam os temas do componente curricular que diria respeito às ciências sociais e em específico da sociologia - conteúdos que atravessam o cotidiano escolar e refletem aspectos centrais da contemporaneidade em que vivemos. Todavia, observou-se que o professor Manoel Diano, responsável pela disciplina de História, adotou em suas aulas um comportamento marcado por discursos tendenciosos, o que se mostra preocupante para um docente que atua na formação de estudantes do Ensino Fundamental – anos finais. Tal postura foi tão perceptível que os próprios alunos passaram a incluir o professor nas já mencionadas “avaliações-relâmpago”, realizadas entre eles, como forma de expressar suas percepções sobre as práticas docentes.

Quando exposto de forma contínua a influências políticas marcadas por posicionamentos fervorosos, o aluno — ainda em processo de formação intelectual e cidadã — pode desenvolver uma postura de antipatia em relação ao exercício político que, enquanto futuro cidadão, deverá desempenhar. Tal afastamento pode resultar em consequências significativas, uma vez que esse momento de socialização escolar influencia diretamente a maneira como o estudante compreende e se relaciona com a

política brasileira. Entre os possíveis impactos, destacam-se o desinteresse pelas práticas democráticas, a reprodução de preconceitos coletivos, o aumento da intolerância religiosa, o reforço de estigmas étnico-raciais e diversas outras problemáticas abrangidas pelo campo das Ciências Sociais e, em especial, da Sociologia.

Não obstante, todas as observações realizadas suscitaram uma hipótese adicional relacionada ao declínio dos indicadores educacionais no município de Magalhães de Almeida. Dados obtidos diretamente do site QEdu (2023) indicam que existe uma queda no Ideb na transição do ensino fundamental para o ensino médio, fenômeno que pode estar associado à reprodução de desigualdades no ambiente escolar, conforme discutido por Pierre Bourdieu (1970) em *A Reprodução*. Nesse sentido, quando o docente encarregado por ministrar seu componente curricular atravessa outro componente o qual desconhece o rigor deste mesmo, como a sociologia, acaba transmitindo um conjunto de informações sem o devido rigor conceitual/intelectual ou sem fundamentação teórica adequada, tendendo a reforçar mecanismos de reprodução simbólica e desigualdade cultural.

Uma vez que a Sociologia trata de assuntos referentes às dinâmicas socioculturais das pessoas, tendo como base de análise comportamentos culturais e, até mesmo, concepções de senso comum, muitos possuem a falsa impressão de que as análises e reflexões sociológicas são semelhantes às opiniões particulares ou gosto. Por isso, quando temas sociológicos são desconstruídos por professores formados na área, muitos estudantes acabam rebatendo o que foi dito afirmando que a sua opinião é diferente. Em uma sociedade cada vez menos tolerante com a diversidade, discursos de ódio e negação de direitos não podem ser vistos como questões de foro íntimo. Por isso, é crucial que professores de Humanas, ao adentrarem no campo da Sociologia, tenham zelo para não reforçar concepções permeadas de pré-noções, preconceitos e estigmatizações.

Essas práticas não apenas favorecem a propagação de concepções distorcidas ou superficiais, mas também comprometem o engajamento dos estudantes no ambiente escolar e, posteriormente, no exercício pleno da cidadania. Como consequência, sua trajetória acadêmica pode ser prejudicada e, a longo prazo, sua motivação para ingressar no ensino superior tende a ser reduzida, reforçando desigualdades e limitando oportunidades de formação crítica.

Tomando ainda dos dados disponibilizados pelo site QEdu, sendo assim podemos identificar indicadores que merecem atenção, especialmente quando pensamos

na definição de um perfil socioeconômico dos estudantes e de seus núcleos familiares. Observa-se que em 51,0% dos alunos e suas famílias se encontram na faixa de baixa condição socioeconômica, o que revela que a maior parte do corpo discente das escolas públicas do município está inserida em contextos de vulnerabilidade de qualidade de vida. Nesta perspectiva, os estudantes representam, para suas famílias, uma forma de investimento para o futuro, de modo que o grande processo de escolarização passa a ser percebida como um caminho que possui o potencial de ascensão social — expectativa que o próprio aluno também se desenvolve à medida que amplia sua consciência sobre o papel da educação em sua trajetória. Ao considerar todo esse raciocínio antes desenvolvido, compreende-se que estes estudantes tendem a apresentar baixos níveis de capital cultural, nos termos propostos por Pierre Bourdieu. A escassez desse elemento “capital cultural” acaba dificultando a apropriação dos valores culturais valorizados pela classe dominante, que detém a legitimidade simbólica e o controle de grande parte das estruturas sociais como, por exemplo, a educação e, principalmente, o currículo passado para cumprir esse processo educacional. Conseqüentemente, o aluno oriundo de contextos socioeconômicos desfavorecidos encontra maiores obstáculos para estabelecer conexões significativas com a cultura escolar, podendo tornar-se um sujeito mais vulnerável às dinâmicas de dominação simbólica que permeiam a sociedade.

Destarte, quando um estudante oriundo de um contexto humilde, distante dos valores e práticas culturais da classe dominante, não dispõe do capital cultural¹⁰ valorizado socialmente - aquele que rege as instituições e define os critérios de legitimidade no espaço escolar - ele se encontra em posição desigual desde o início. Ainda que sua família possua um capital cultural próprio, vinculado à realidade local, às tradições e às formas de saber da comunidade em que vive, esse repertório não é igualmente reconhecido ou valorizado pela escola. Dessa forma, esse estudante não compete em condições semelhantes à minoria de alunos cujas famílias são de classes abastadas, isto é, detentoras de maior capital cultural legitimado. Conseqüentemente, esses últimos tendem a ingressar no ambiente escolar com vantagens simbólicas e

¹⁰ *Escritos da educação (1998)*. A obra trata de uma discussão acerca do que seria o responsável pelo sucesso escolar. E justamente esse seria o empenho do autor Bourdieu neste trabalho. O conceito de capital cultural foi um dos outros mais que o autor desenvolveu para durante suas pesquisas, e este conceito diz respeito sobre a capacidade de preparo e obtenção da cultura dominante e toda sua riqueza acadêmica e específica. Logo quanto mais se obtém do capital cultural mais se pode ter sucesso na vida escolar

estruturais que favorecem seu desempenho e reforçam um ciclo de sucesso escolar já pressuposto.

Por exemplo, filhos de professores tendem a possuir um capital cultural mais próximo daquele valorizado pela escola do que filhos de fazendeiros, ainda que ambos tenham repertórios culturais legítimos em seus respectivos contextos. Ao ingressar no Ensino Fundamental, sobretudo no contexto local, os alunos - e de modo ainda mais evidente aqueles que já chegam com menor capital cultural - necessitam ampliar esse repertório para acompanhar as exigências escolares. A forma mais adequada e socialmente esperada para essa aquisição é um ensino de qualidade, capaz de promover aprendizagens significativas e equitativas. No entanto, essa trajetória pode ser interrompida por diversos fatores. O estudante pode enfrentar dificuldades pessoais ou contextuais, pode ser negligenciado por professores que não atentam para suas necessidades específicas, ou, em um cenário ainda mais desfavorável, pode ser conduzido por docentes despreparados, que deixam de fornecer conhecimento estruturado e fundamentado. Nesses casos, o aluno não recebe capital cultural legítimo, mas apenas opiniões, achismos e narrativas pouco embasadas, o que inviabiliza sua ascensão escolar e perpetua desigualdades no processo de formação.

Na pesquisa de campo, infelizmente, foi possível identificar esse problema - ainda que não tenha sido observado em todos os componentes curriculares acompanhados. Constatou-se que, na Escola Municipal Francisca Maria, há um professor que, no exercício da docência, acaba decepcionando e frustrando não apenas futuros pesquisadores e estagiários, mas também colegas de trabalho e, principalmente, os próprios estudantes. Embora os discursos políticos estejam sempre presentes em suas aulas - o que, em si, não seria um problema - a dificuldade reside no fato de que tais discussões não são conduzidas com base em fundamentação teórica sólida, nem acompanhadas da apresentação de fontes confiáveis. Se houvesse embasamento adequado, esse conteúdo poderia contribuir significativamente para a formação crítica dos alunos, como se espera de um processo educativo comprometido com o desenvolvimento da cidadania. Entretanto, os posicionamentos expostos pelo docente carecem desse rigor. Em lugar de promover reflexões ancoradas em estudos e teorias, o professor frequentemente limita-se a discursos de opinião, exaltando instituições privadas (apesar de ser professor do sistema público) enquanto sugere, ainda que implicitamente, uma suposta deficiência formativa nos processos educativos da educação básica à superior. Essa prática, distante de uma abordagem pedagógica

fundamentada, compromete o ambiente de formação e prejudica a construção de uma visão crítica e informada por parte dos estudantes.

Interessante é o fato de que esse professor que critica instituições públicas de ensino não se formou em uma Universidade Pública. Os alunos que dispõem, ainda que de forma limitada, de certo capital cultural podem não ser diretamente afetados por esses discursos, pois possuem maior capacidade de questionamento, comparação e resistência simbólica. Esses estudantes, que chegam à escola com repertórios mínimos já legitimados, muitas vezes conseguem debater ideias, confrontar argumentos e até divergir do professor - algo que observei ocorrer em algumas turmas específicas. Entretanto, esse não é o caso da maioria dos alunos e, por isso, retornamos à questão central: qual é o lugar da Sociologia em meio a essa conjuntura? É importante notar que, quando um professor de Geografia, por exemplo, passa a abordar temas ligados às relações políticas de massa, de maneira simplista e superficial - apesar dessa temática ser abarcada na área de formação - ele contribui para naturalizar percepções equivocadas sobre uma complexa gama de dinâmicas políticas. Nessas situações, torna-se evidente a carência de embasamento teórico consistente - um embasamento que é próprio de um curso superior em Sociologia, voltado especificamente à compreensão das dinâmicas políticas, sociais e culturais. Essa constatação reforça a percepção de que seria adequado, e até mesmo desejável, que discussões desse tipo fossem conduzidas por um profissional formado na área de Sociologia. Tal profissional estaria apto a oferecer ao estudante uma compreensão crítica, fundamentada e metodologicamente orientada, garantindo maior rigor na formação cidadã.

Quando um professor decide disseminar suas opiniões pessoais sobre problemas que atravessam a sociedade - como a prática de enaltecer os Estados Unidos da América em detrimento de estimular o apreço e a valorização da própria pátria - ele acaba desqualificando elementos fundamentais para a construção da identidade e da cultura brasileira. Tal postura pode desencadear um processo de crise identitária nos estudantes, especialmente porque a figura docente ocupa uma posição de autoridade simbólica dentro da sala de aula.

Se o professor afirma que o Brasil é politicamente “ridículo” ou inferior, enquanto exalta os Estados Unidos como modelo ideal, os alunos tendem a incorporar essa visão, principalmente aqueles que possuem menor capital cultural de origem. Isso ocorre porque esses estudantes têm menos recursos simbólicos para questionar, contextualizar ou problematizar o discurso docente. Assim, os alunos que mais

necessitam de uma educação crítica e de qualidade acabam sendo os mais prejudicados. A longo prazo, essa prática pode contribuir para o desinteresse pela escola, para a desvalorização do processo educativo e, em casos mais graves, para o abandono escolar. Em vez de fortalecer a cidadania e a consciência crítica, o professor, ao adotar discursos desqualificadores e não fundamentados, compromete o desenvolvimento identitário e cultural dos estudantes e reforça desigualdades já existentes no ambiente escolar.

Embora o corpo docente da instituição seja composto majoritariamente por profissionais formados em suas respectivas áreas, ainda é preocupante observar que alguns deles dedicam parte significativa das aulas à disseminação de ideias políticas e à apresentação de dados sem fontes confiáveis, em vez de se concentrarem nos conteúdos próprios de suas disciplinas. O problema se agrava quando o debate político - que poderia ser um recurso pedagógico valioso - não é conduzido de forma adequada. Nesses casos, os professores deixam de apresentar conceitos técnicos básicos, ferramentas analíticas e atividades que estimulem a capacidade dos alunos de formular argumentos, dialogar e desenvolver pensamento crítico. Em vez disso, limitam-se a expor uma sequência de opiniões pessoais, frequentemente reduzidas à comparação superficial entre partidos políticos ou à defesa de estereótipos, como a afirmação de que universidades públicas seriam “fábricas de formação de militantes de esquerda”. Esse tipo de prática, desprovido de fundamentação teórica e metodológica, empobrece o processo educativo e compromete a qualidade da formação cidadã. Ao substituir o ensino pela opinião, o professor não apenas falha em cumprir sua função pedagógica, mas também coloca em risco a construção de uma compreensão crítica, informada e democrática por parte dos alunos.

Encara-se essa questão com a seriedade que ela exige. De acordo com os dados socioeconômicos apresentados anteriormente pelo site QEdu, a maior parte dos alunos matriculados no ensino básico de Magalhães de Almeida pertence a famílias de condição socioeconômica média ou baixa. São filhos de trabalhadores - em sua maioria, da agricultura familiar - que lutam diariamente por melhores condições de vida. Destarte, compreende-se que a permanência desses jovens na escola não é resultado apenas de seu esforço individual, mas também do empenho coletivo de suas famílias, que reconhecem a educação como um caminho possível para ascensão social. Como alguém que já vivenciou esse processo de formação, tanto no ensino fundamental quanto no

ensino médio, posso afirmar que essa é a realidade de grande parte dos estudantes das escolas públicas do município.

Nesse contexto, torna-se ainda mais preocupante quando um professor afirma que o sistema público de ensino é ineficiente, ou que as universidades públicas apenas reproduzem ideologias, excluem indivíduos que divergem da maioria e formam profissionais “descartáveis”. Diante desse tipo de discurso, é legítimo questionar, leitor: qual aluno, pertencente a uma família verdadeiramente pobre - que depende de seu retorno financeiro o quanto antes - sentir-se-á motivado a continuar os estudos para além do ensino médio? Ao desqualificar a escola pública e o ensino superior, o professor acaba por minar as expectativas desses jovens, comprometendo sua confiança no processo educativo e, potencialmente, afastando-os da única via concreta de mobilidade social que lhes é acessível.

Isso pensando a longo prazo, de forma pessimista, poderíamos até mesmo aqui ter a resposta para o motivo o qual o IDEB do município decaiu na passagem do ensino fundamental para o ensino médio. O professor em questão só estaria distanciando cada vez mais o aluno do caminho universitário, e para casos piores somente estaria ajudando a reproduzir as desigualdades sociais, provando uma ideia desenvolvida também por Bourdieu (1970)¹¹ de que a educação, esse longo processo só serve para criar mais desigualdades sociais e manter uma classe dominante sempre dominante sobre as demais.

3.1 Ensino Religioso e Filosofia na sala de aula.

Ao dar continuidade ao desenvolvimento deste trabalho e a partir das sínteses elaboradas com base nas observações registradas no bloco de anotações do pesquisador, tornaram-se perceptíveis alguns pontos que merecem destaque antes mesmo de se adentrar propriamente na análise da prática docente. É importante reiterar que nem todos os professores observados constituem um obstáculo do ponto de vista pedagógico. Como já mencionado, há um problema evidente relacionado à forte influência política exercida pelo professor Manoel Diano em suas aulas. Porém, tal situação não se estende,

¹¹ “*A Reprodução: Elementos Para Uma Teoria de Ensino*”(1970) Foi uma obra um tanto revolucionária no quesito de tema o qual a sociologia pode se debruçar, em que Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron escreveram e criticaram a função da escola em reproduzir as desigualdades sociais divergindo assim de boa parte dos autores que também se dedicavam a trabalhar sobre pesquisas no âmbito da educação.

ao menos no ambiente da sala de aula, aos demais docentes acompanhados durante a pesquisa. Estes, em sua maioria, mantiveram condutas alinhadas às expectativas de sua função e não apresentaram interferências políticas significativas em suas práticas pedagógicas.

Por exemplo, nas aulas do professor Joel, percebi que, dentro da sala de aula, suas exposições sobre filosofia constituem, de fato, um exercício de criticidade e reflexividade, instigando os alunos a formularem perguntas que aguçam a razão e provocam questionamentos internos. Dessa forma, suas aulas se mantêm alinhadas ao que se espera de uma aula ideal de filosofia. Ainda assim, o professor, quando está fora da sala de aula, não deixa de expressar, a quem se disponha a perguntar ou conversar com ele, sobre suas opiniões pessoais, bem como suas escolhas éticas e morais. A questão que chama a atenção é justamente o fato de que o professor restringe esse posicionamento ao ambiente externo à sala de aula, o que o diferencia significativamente do professor Manoel Diano. Este, por sua vez, em vez de apresentar discursos políticos em sala como se fossem propaganda, de forma tendenciosa para um segmento político ou outro, deveria priorizar a explanação do conteúdo de maneira satisfatória, elucidando o alunado e favorecendo, de fato, o processo de aprendizagem.

O professor Joel também atua em outros componentes curriculares no turno da tarde na Escola Municipal Francisca Maria e, ainda assim, mantém um desempenho didático e reflexivo em suas aulas. No entanto, observa-se um ponto que merece atenção: a densidade dos debates propostos aos alunos. Retomando a análise de Bourdieu (1998), o capital cultural dos estudantes influencia diretamente no êxito escolar; portanto, quando são apresentados temas complexos, especialmente aqueles relacionados a questões filosóficas, apenas uma parcela reduzida deles se sente verdadeiramente apta e confortável para participar.

Apesar do esforço do docente em estimular o pensamento crítico e reflexivo no conjunto da turma, observa-se que uma parcela significativa dos estudantes apresenta dificuldades para organizar e elaborar os “rascunhos mentais” mobilizados a partir das provocações propostas em sala de aula. Essa hipótese encontra respaldo empírico na dinâmica observada, uma vez que, ao longo de uma aula com duração aproximada de cinquenta minutos, registram-se extensos períodos de silêncio e a ausência recorrente de manifestações por parte da maioria dos discentes. À luz das contribuições de Pierre Bourdieu, esse fenômeno pode ser interpretado como expressão das desigualdades no acesso e na incorporação do capital cultural, uma vez que a participação em debates de

maior complexidade exige disposições cognitivas e linguísticas previamente adquiridas, sobretudo no âmbito familiar e escolar. Assim, ainda que a intencionalidade pedagógica seja positiva, o nível de abstração e sofisticação simbólica dos debates propostos tende a favorecer os estudantes detentores de maior capital cultural incorporado, limitando a participação efetiva daqueles cujo percurso social não proporcionou familiaridade com tais pensamentos abstratos.

Como exemplo empírico, recorro à experiência vivenciada no segundo dia de observações das aulas na Escola Francisca Maria. A atividade observada ocorreu durante o primeiro horário do turno matutino, com início às 7h10 e término às 8h, na turma do 8º ano A, sendo esta a primeira aula de Filosofia acompanhada ao longo do período de observação. A proposta pedagógica do docente, professor Joel, centrou-se na problematização do tema “realidade versus religião”, um conteúdo de considerável densidade conceitual para o nível de escolarização em questão. Ainda assim, a abordagem de temas que suscitam controvérsias e múltiplas interpretações revela-se pedagogicamente relevante, na medida em que contribui para o estímulo ao pensamento crítico, à reflexão autônoma e à construção argumentativa por parte dos estudantes. Esse tipo de exercício mostra-se fundamental para a formação dos discentes, uma vez que o incentivo contínuo à organização do pensamento e à participação em debates mais complexos tende a fortalecer, ao longo do tempo, suas capacidades expressivas, especialmente no que se refere ao desenvolvimento da oralidade e da argumentação em contextos públicos de interação.

Ressalta-se, ainda, que o docente foi enfático ao problematizar, em sua exposição, a noção tradicional de “descobrimento do Brasil”, enquanto território, no contexto do processo de colonização. Esse questionamento mostrou-se pertinente ao debate proposto sobre realidade e religião, na medida em que desloca narrativas historicamente naturalizadas e convida à reflexão crítica acerca da construção social do conhecimento histórico. Ao inserir essa discussão no centro de uma análise histórica e social mais ampla, evidencia-se que a ideia de “descobrimento” obscurece a existência prévia e contínua dos povos indígenas, que habitavam esses territórios muito antes da chegada dos colonizadores europeus e que, ainda hoje, se mantêm como sujeitos de resistência frente a sucessivos processos de violência, expropriação e repressão. Esse ponto analítico poderia ser aprofundado mediante a incorporação de referências contemporâneas, como as reflexões de Ailton Krenak, cujas contribuições problematizam os efeitos do projeto civilizatório colonial e suas implicações políticas,

culturais e ambientais. Embora a abordagem realizada pelo professor de Filosofia tenha sido relevante, a articulação interdisciplinar com as Ciências Sociais poderia ampliar a compreensão desse processo histórico, permitindo enfatizar de forma mais sistemática as dimensões políticas, os conflitos e as relações de poder que moldaram a sociedade brasileira. Essa perspectiva contribui para a desconstrução de narrativas oficiais que legitimaram expressões como “Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil”, substituindo-as por leituras críticas que reconhecem os povos indígenas como protagonistas históricos anteriores e contemporâneos à colonização.

O aprofundamento dessa discussão pode ser significativamente enriquecido pela incorporação das reflexões de Ailton Krenak e dos aportes da perspectiva decolonial, que tensionam criticamente as narrativas eurocentradas sobre o processo civilizatório brasileiro. Ao dialogar com autores clássicos do pensamento social, como Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro, torna-se possível evidenciar distintas matrizes interpretativas acerca da formação nacional. Enquanto *Casa-Grande & Senzala* (1933) apresentou, para o seu tempo, uma leitura inovadora ao valorizar a mestiçagem e a pluralidade cultural, essa interpretação foi posteriormente problematizada por sua tendência a suavizar os conflitos e as violências estruturais que marcaram a colonização. Em contraposição, Darcy Ribeiro, em *O Povo Brasileiro* (1995), desloca o foco analítico para a dimensão violenta e expropriatória do processo civilizatório, destacando que a sociedade brasileira se constituiu a partir de genocídios, escravizações e processos contínuos de exclusão.

Essa crítica é aprofundada pelas contribuições de Ailton Krenak, que questiona a própria ideia de civilização moderna como um projeto universal e homogêneo. Para o autor, “a ideia de que existe uma humanidade homogênea é uma mentira que sustenta práticas de violência contra aqueles que não se encaixam nesse modelo” (Krenak, 2019, p. 11). Ao problematizar o discurso civilizatório, Krenak evidencia que a colonização não se encerrou como um evento histórico do passado, mas permanece operando como lógica estruturante das relações sociais, políticas e ambientais no presente. Tal leitura converge com os pressupostos da teoria decolonial, especialmente com a noção de colonialidade do poder formulada por Aníbal Quijano. Segundo o autor, “a colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista” (Quijano, 2005, p. 117), operando por meio da classificação racial da população e da hierarquização dos saberes. Essa lógica sustenta a naturalização de narrativas históricas hegemônicas, como a ideia de que o Brasil teria sido ‘descoberto’,

ao mesmo tempo em que deslegitima os conhecimentos e as cosmologias dos povos originários. Walter D. Mignolo aprofunda essa crítica ao afirmar que “a colonialidade é o lado mais obscuro e necessário da modernidade” (Mignolo, 2017, p. 2), evidenciando que o projeto moderno europeu não pode ser compreendido sem os processos coloniais que o sustentaram. A partir dessa perspectiva, a desconstrução de enunciados como ‘Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil’ não se limita a uma correção terminológica, mas implica uma reconfiguração epistemológica do ensino da história, reconhecendo os povos indígenas como sujeitos históricos anteriores e contemporâneos à colonização. Em um contexto escolar que contasse com a atuação de um professor de Sociologia, tais referenciais possibilitariam práticas pedagógicas alinhadas à BNCC (2018), orientadas à problematização crítica do passado colonial, ao reconhecimento da diversidade étnico-cultural e à formação de sujeitos conscientes das desigualdades históricas que estruturam a sociedade brasileira.

As Ciências Humanas devem, assim, estimular uma formação ética, elemento fundamental para a formação das novas gerações, auxiliando os alunos a construir um sentido de responsabilidade para valorizar: os direitos humanos; o respeito ao ambiente e à própria coletividade; o fortalecimento de valores sociais, tais como a solidariedade, a participação e o protagonismo voltados para o bem comum; e, sobretudo, a preocupação com as desigualdades sociais. Cabe, ainda, às Ciências Humanas cultivar a formação de alunos intelectualmente autônomos, com capacidade de articular categorias de pensamento histórico e geográfico em face de seu próprio tempo, percebendo as experiências humanas e refletindo sobre elas, com base na diversidade de pontos de vista. (BNCC, 2018, p. 354).

De todo modo, tais possibilidades configuram caminhos analíticos que poderiam ter sido explorados pelo docente e que, caso fossem desenvolvidos, atravessariam inevitavelmente temas próprios do campo das Ciências Sociais. Essa intersecção disciplinar, contudo, não se apresenta como um problema em si, desde que a abordagem adotada se fundamentasse em referenciais teóricos consolidados, e não apenas em opiniões pessoais ou no senso comum. Ao contrário, a presença desse tipo de discussão no espaço escolar revela-se não apenas legítima, mas essencial, na medida em que contribui para a problematização crítica da realidade social, histórica e política. Nesse sentido, a escola constitui um espaço privilegiado para o desenvolvimento de debates

que favoreçam a compreensão das estruturas sociais e dos conflitos que as atravessam, reforçando o papel formativo das Ciências Sociais na educação básica.

As aulas de Filosofia e de Ensino Religioso foram, no conjunto das observações realizadas, aquelas acompanhadas em menor número ao longo do período de pesquisa. Inicialmente, a hipótese central que orientava a observação consistia na expectativa de que esses componentes curriculares apresentariam maior recorrência de atravessamentos pontuais de conteúdos próprios da Sociologia. Contudo, a partir da observação de três aulas de cada uma dessas disciplinas, em contraste com o acompanhamento das demais áreas que integram o campo das Ciências Humanas no ensino fundamental, conforme as orientações da BNCC (2018), essa hipótese não se confirmou empiricamente. Ao contrário, constatou-se que os atravessamentos mais frequentes de conteúdos sociológicos ocorreram justamente nos componentes tradicionalmente associados às Ciências Humanas, em especial História e Geografia. Paradoxalmente, foi nesses espaços que a Sociologia apareceu de forma recorrente, porém muitas vezes de maneira implícita ou não sistematizada, evidenciando tanto sua presença transversal quanto, simultaneamente, sua negligência enquanto campo específico de conhecimento no currículo escolar.

E ainda assim as aulas desses outros componentes curriculares ainda não se fizeram isentas de minha preocupação, e em particular ensino religioso, em que eu iniciei a pesquisa com teses que apontassem para apagamento cultural é possível desvalorização cultural por valorização de algumas crenças, ignorando totalmente as outras, e infelizmente estive correto em certo ponto nesse quesito.

Manoel Diano era o professor de Ensino Religioso que atuava na sala de Sexto ano A, e dentro das aulas observadas percebi, primeiro claramente sua religião, e acima de tudo como ela interferia em dar aula sobre Ensino Religioso. 20 de maio de 2025 foi o início das observações como já dito, e justo no primeiro dia de observação, foi de uma das aulas observadas de Ensino Religioso. A aula ocorreu no 1º horário - 7:10 a 8:00h - Somente nesse dia o professor passou três propostas de tarefas a serem feitas. De início o professor colocou um vídeo sobre o mês de combate ao abuso infantil, um ótimo material didático diga-se de passagem. Já em seguida explicou uma atividade que eu julgo um tanto problemática pela presença de intolerância religiosa.

A atividade proposta consistia em uma pesquisa em grupo, com a orientação de que cada equipe fosse composta por, no máximo, cinco alunos. Para conduzir o trabalho, o docente elaborou um quadro de referência que deveria orientar o desenvolvimento da

investigação. A proposta consistia em que os estudantes realizassem um levantamento sobre as religiões presentes no município de Magalhães de Almeida, iniciativa que, em princípio, revela-se pertinente ao contemplar a diversidade e a pluralidade cultural que caracterizam o contexto local. Tal abordagem poderia contribuir para o reconhecimento das múltiplas expressões religiosas existentes no município, em consonância com uma perspectiva plural e formativa. No entanto, essa potencialidade se mostrava tensionada pela própria estrutura do quadro apresentado em sala de aula, uma vez que os critérios e categorias previamente definidos pelo professor pareciam conduzir a pesquisa em direção oposta à lógica da diversidade anunciada, limitando a complexidade analítica da atividade. O quadro organizava-se da seguinte forma:

Tabela 2 Atividade aplicada na aula.

Igreja católica	Assembleia de deus	Igreja Batista	Adventista do sétimo dia

Fonte : Arquivo de Pesquisa 2025.

Claramente existe um ar de intolerância religiosa quando o professor escolhe não colocar na atividade menção alguma às religiões de matriz africana. Magalhães de Almeida, segundo o último censo do IBGE, indica que a população do município beira os 14 mil habitantes, não sendo de todo correto excluir as religiões de matrizes africanas deste quadro - mesmo que o professor não conheça ninguém que pratique ou somente se ponha fora do trabalho de conhecer alguém que pratique quaisquer das religiões afro-brasileiras. O fato de que existem é evidente, para o tamanho do município, a pluralidade cultural está muito além de somente o catolicismo e evangelismo que são as religiões que predominam dentro do município.

Ao recusar a abordagem de outras denominações religiosas por meio de atividades como a proposta, o docente de Ensino Religioso contribui para a reprodução de uma visão restrita e hierarquizada do campo religioso, limitando as possibilidades de compreensão dos estudantes acerca da diversidade existente no contexto social em que estão inseridos. Tal postura tende a orientar os alunos a naturalizarem a exclusão de determinadas tradições religiosas, especialmente as de matriz afro-brasileira, o que pode favorecer a perpetuação de estigmas, discursos de intolerância religiosa e práticas

associadas ao racismo estrutural. Ainda que o professor optasse por não encaminhar os estudantes à pesquisa de campo junto a representantes dessas religiões no município de Magalhães de Almeida, seria possível, ao menos, orientá-los à realização de pesquisas em fontes secundárias, como materiais digitais e bibliográficos. O elemento central, nesse caso, reside na necessidade de não silenciar ou excluir do discurso pedagógico tradições religiosas historicamente marginalizadas e sistematicamente apagadas dos registros oficiais. Tal omissão, inclusive, configura-se em desacordo com os princípios estabelecidos pela Lei nº 10.639/2003, que determina a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, abrangendo também suas expressões religiosas enquanto manifestações culturais fundamentais.

Ainda no contexto dessa mesma aula, o docente distribuiu uma atividade impressa contendo um texto intitulado “O rei e a fé”, solicitando que os alunos realizassem sua leitura, interpretação e, em seguida, respondessem às questões propostas na própria folha. Essa atividade reforça a centralidade de uma narrativa religiosa específica, sem a devida problematização crítica ou contextualização histórica mais ampla, o que acaba por restringir o potencial formativo do Ensino Religioso enquanto espaço de reflexão plural, laica e orientada ao respeito à diversidade cultural e religiosa.

Figura 1: Atividade Ensino Religioso

Os registros de canibalismo
Nem, mas o melancólico entendendo
a realidade finge fatos, ficando
as tribos realizam tal ato e
para aborrer a farda de outro
grande guerreiro.

cs: tribo de canibais na mata? seria uma
a busca o indiano que o outro
tribo, os índios de paratibá a
fé de farma divina, e sem nenhuma
manifestação e isolamento a tribo era
muito pobre e o resto a não se manifestar
no exemplo de fé.

O REI E A FÉ

Certa vez, um rei foi caçar com seu súdito que tinha muita fé e um imenso amor por seu Deus. Este súdito sempre dizia ao rei que seu Deus era maravilhoso e tudo o que ele fazia era correto. Durante a caçada, foram surpreendidos por um animal feroz, que atacou o rei. O rei logo gritou ao súdito que pedisse ao seu Deus que o salvasse, apesar de sua incredibilidade. Eis, que a vida do rei foi salva, porém a fera comeu-lhe um dedo. O rei ficou furioso e mandou prendê-lo por trinta dias na masmorra. Novamente o rei foi caçar, perdendo-se na mata e deparou-se com uma tribo de canibais, que o aprisionou para devorá-lo. Ao passar pela apreciação da hierarquia da tribo, perceberam que o rei era imperfeito, pois lhe faltava um dedo. Então, soltaram-no e, ao chegar no palácio, foi logo soltando o súdito que, muito feliz repetiu como sempre: - Meu Deus é maravilhoso e tudo o que ele faz é correto.

- Se o seu Deus é tão maravilhoso e correto, porque ele permitiu que eu o prendesse?
- Meu rei, se eu não estivesse preso, eu estaria com o senhor na caçada e, como eu tenho o corpo perfeito, quem os canibais devorariam?

Atividades

- 1) Quem neste texto vivencia sua fé?
O rei e o súdito
- 2) Na sua opinião, em que momento o rei valorizou a fé do seu súdito?
quando a tribo o devorou vivo
- 3) Na sua opinião pode-se identificar no texto a manifestação do sagrado? Que situação é essa?
Sim, manifestação da natureza Hehehe
- 4) O que o rei entendeu como manifestação do sagrado pode ser explicado de outra forma? Qual?
Santa?
- 5) Em que momentos você pensa num ser superior?

- 6) O que essa história nos ensina?

São? que não tem
outra forma de interação
a fé? de uma forma mais

Como A.

Fonte : Arquivo de Pesquisa(2025)

A atividade em questão tratava do exercício da fé. Se trata de um rei supostamente católico ou evangélico, que foi caçar certo dia sem seu súdito. O súdito em questão na história sempre se retirava ao seu Deus como sendo maravilhoso e que tudo que fazia estava correto, trazendo um ar de superioridade para a figura. Em um dia em suas caças o rei é atacado por um animal selvagem fazendo com que o rei perdesse o dedo, mesmo que pedindo ao seu súdito que pedisse a seu deus maravilhoso que o salvasse, mesmo assim o rei perdeu o dedo. Em seguida o rei exilou por um mês seu súdito, e novamente em uma caça o rei se perdeu e se deparou com uma “tribo de canibais”. Para uma turma de alunos de sexto ano onde a idade média atende ao menos até os 10 anos no máximo, o que o imaginário dessas crianças poderiam imaginar ao ler uma frase como essa ? a “tribo de canibais” facilmente pode ser entendida como “tribo

de índios”, dessa forma criando um preconceito estrutural com os indígenas. Ainda assim, seguindo a história, os “canibais” iriam comer o rei, mas não realizaram o ritual por que o homem não tinha um dedo e então o deixaram viver. Nesse caso o súdito explica novamente ao rei que as ações de seu deus são perfeitas e que foi tudo destinado.

Perceba que a atividade de todo modo parece inofensiva, se você não olhar para as linhas escritas com os olhares críticos que estão presentes na sociologia. Trabalhos assim não deveriam ser passado no componente de ensino religioso :

A Constituição Federal de 1988 (artigo 210) e a LDB no 9.394/1996 (artigo 33, alterado pela Lei no 9.475/1997) estabeleceram os princípios e os fundamentos que devem alicerçar epistemologias e pedagogias do Ensino Religioso, cuja função educacional, enquanto parte integrante da formação básica do cidadão, é assegurar o respeito à diversidade cultural religiosa, sem proselitismos. Mais tarde, a Resolução CNE/CEB no 04/2010 e a Resolução CNE/CEB no 07/2010 reconheceram o Ensino Religioso como uma das cinco áreas de conhecimento do Ensino Fundamental de 09 (nove) anos.(BNCC, 2018, p 435).

Então, observando a premissa do componente de ensino religioso podemos ver que essas atividades estão em outra direção que difere da que é posta teoricamente para a prática do ensino religioso, e claramente poderá evoluir para futuros problemas sociais. Uma vez que esses cidadãos não irão crescer estando cientes da diversidade cultural e do respeito que deve ser mantido com todas as religiões que existem, pois todos os grupos étnicos sociais possuem suas culturas e devem ser respeitados, e esse respeito deveria inicialmente ser cultivado dentro da escola onde as crianças tem seus primeiros contatos sociais e o início do processo de formação para a cidadania.

Nesse espaço da prática didática caberia ao professor uma pesquisa um pouco mais aprofundada, mas se pensarmos que esse assunto sobre a pluralidade cultural também deve ser trabalhado pela sociologia. Por exemplo num cenário de pesquisa para os alunos com embasamento a partir de algumas leituras do livro *Mitologia dos Orixás(2001)* de *Reginaldo Pradini* uma obra de natureza Antropológica que traz história sobre a religião Candomblé e com isso toda uma mitologia sobre as figuras dos orixás. O professor poderia usar esse trabalho para desenvolver o conhecimento da cultura descendente da cultura Africana, sendo assim o professor de sociologia também poderia atuar trabalhando esses temas desta maneira, e até mesmo é preferível que assim o seja.

Dessa forma, a incorporação da Sociologia no âmbito desses componentes curriculares teria um caráter mais propositivo do que corretivo, contribuindo para o aprofundamento analítico das discussões já existentes, em vez de se limitar à correção

de eventuais equívocos conceituais. De modo geral, os docentes observados não produziram discursos pautados exclusivamente no senso comum; entretanto, tampouco situam suas abordagens no interior de um arcabouço teórico sociológico sistematizado. Observa-se que diversas temáticas abordadas em sala de aula — como as questões indígenas, a intolerância religiosa e o racismo — poderiam ter sido problematizadas a partir de conceitos centrais das Ciências Sociais, o que ampliaria significativamente o potencial formativo das aulas. A ausência dessa mediação teórica limita a compreensão crítica dos estudantes acerca das desigualdades históricas e sociais que estruturam a sociedade brasileira. Nesse sentido, a Sociologia se apresenta como um campo capaz de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, ao fornecer instrumentos analíticos que favorecem a formação de sujeitos críticos, conscientes de seus direitos e deveres, e preparados para o exercício da cidadania em uma sociedade plural é marcada por profundas assimetrias sociais.

3.2. Geografia ; gênero e execução didática

As observações dos componentes curriculares História, Filosofia e Ensino Religioso ocorreram todos antes do recesso da escola, como já dito no último item. Seguindo o que foi dito, no dia 19 de Novembro retornei à escola Francisca Maria para observar o último componente que faltava da área específica de Ciências Humanas do ensino fundamental segundo a BNCC(2018). Seguindo a professora Domingas, encarregada de ministrar as aulas de geografia. Inicialmente me atentei para perceber possíveis diferenças entre a execução didática da professora.

Nesse momento, minhas teses sobre a pesquisa denunciavam um pessimismo em relação à expectativa sobre a professora, de que talvez ela também pudesse ser uma professora que fosse extremamente política, independente da filiação ao partido político que fosse. E felizmente foi o contrário. A Professora Domingas foi a professora que mais seguiu de fato uma atividade didática com livros didáticos e atividades de modelo mais tradicionais - como atividades dos livros - e ainda assim sempre incentivando os alunos a participarem das discussões sobre os temas que circundam a geografia.

Contudo, um aspecto que se destacou durante as observações foi a dificuldade, em determinadas turmas, de manter uma dinâmica pedagógica contínua e organizada. Essa situação não pode ser atribuída exclusivamente à atuação da professora, uma vez

que o comportamento discente tenha se mostrado um fator central para a limitação de propostas metodológicas mais diversificadas. Mesmo quando a docente buscava introduzir atividades de pesquisa ou estratégias de caráter lúdico, observou-se que, sobretudo nas turmas compostas por alunos mais velhos, que essas iniciativas de aulas mais dinâmicas frequentemente resultam em dispersão e desorganização do ambiente de sala de aula. Em diversos momentos, qualquer atividade que exigisse maior autonomia ou interação por parte dos estudantes tendia a desencadear um cenário de instabilidade, comprometendo o andamento da aula e dificultando a efetivação das propostas pedagógicas planejadas.

Como citei acima, o exemplo do dia 25 de novembro, em que a professora tenta dar sua aula e ainda assim é impedida por conta da baderna provocada por sua turma. Isso foi algo que ocupou minha mente, pois já havia acompanhado dois professores e em nenhum dos casos teve um caso onde a turma não permitisse o professor concluir suas atividades. No caso dos dois primeiros professores, havia de fato um ou dois alunos que se recusaram a participar das aulas, mas não a ponto do professor não conseguir mais realizar sua comunicação. Diferentemente do que acontecia com a professora Domingas, como no dia citado, onde a professora ficou sem conseguir comunicar-se com os alunos por conta das conversas dos mesmos.

Percebi nisso que existe um fator de gênero ligado a preferência, algo que também poderia ser desenvolvido e trabalhado por um profissional da área da sociologia. Desse modo os alunos até poderiam desenvolver formas de entender esse problema e criar a partir das discussões sobre o tema mais respeito pela professora em questão e não só ela mas de modo geral com todas as outras funcionárias do campo. É como se essa professora mulher e de idade tivesse menos autoridade que qualquer outro funcionário homem, dificultando e muito a questão do êxito docente dessa professora e consequentemente o êxito escolar desses alunos, até porque no fim das contas os alunos escolhem não respeitar a voz da professora e nisso perdem o conteúdo que deveria ser ministrado. E podem até mesmo alegar argumentos para defender o modo como o alunado se comporta e reage perante as aulas da professora em questão. Mas não existiria defesa cabível para tamanho desrespeito com a professora que mais atendeu as expectativas enquanto professora de Ciências Humanas, da área específica geografia.

Após essas considerações iniciais acerca desse aspecto observado de forma recorrente ao longo do trabalho de campo, torna-se necessário avançar para a análise da prática pedagógica propriamente dita. A partir das observações sistemáticas realizadas

em sala de aula, e considerando os critérios metodológicos adotados nesta pesquisa, passa-se a examinar a atuação da professora no exercício da docência. Conforme constatamos, sua prática mostrou-se satisfatória no que se refere à condução das aulas, à organização do tempo pedagógico e ao desenvolvimento dos conteúdos previstos, ainda que atravessada por desafios estruturais e comportamentais presentes no cotidiano escolar.

Desde o início foi perceptível um fator predominante durante as aulas ministradas que foi a “Clareza nas explicações”¹². As aulas da professora em todo o período de observação se fizeram sobre questões de vida sustentável, meio ambiente, urbanização, e sobre futuro. De certo modo todos os temas desenvolvidos são interessantes e importantes para o momento que vivemos, com constantes desafios para as questões ambientais. Nesse sentido, é importante que os alunos sejam bem inseridos no contexto geográfico, mas também que eles se situem dentro do processo social e que percebam que eles devem agir para evitarmos uma futura catástrofe ambiental.

Em todas os quatro componentes curriculares, foi somente em geografia que vi a presença de roda de conversa como metodologia de aula. Por mais que a professora Domingas fosse a mais presa a aulas com livro didático, isso claro não indicava que a professora não era segura de seus conteúdos. Pelo contrário, ela tinha plena segurança do que explanou para os alunos. Mas, mesmo que os outros professores já indicassem um método mais desprezado de livros didáticos e da monotonia das atividades de sala de aula - que normalmente são sempre as mesmas - ainda assim, somente ao acompanhar o componente curricular de Geografia que presenciei o uso da roda de conversa como metodologia pedagógica, e finalmente ouvi de fato os alunos introduzindo suas ideias e opiniões sobre a aula com o professor, de forma ativa. A atividade em questão foi realizada da seguinte forma: a professora separou grupos, e cada grupo com um tema sobre a unidade referente a cuidados com o meio ambiente o qual estavam estudando. A aula específica que assisti e ocorreu a roda de conversa mencionada se deu no dia 24 de setembro de 2025, no terceiro horário - 8:50h a 9:35h - na turma 9º ano A Matutino¹³. O grupo que se apresentou nesse dia em específico falou sobre “crise ambiental”. Os alunos se mostraram bem críticos a respeito da discussão, algo que me deixou bastante satisfeito foi ver que os alunos estavam trocando informações, ideias, pensamentos com

¹² Fonte: Arquivo de pesquisa. Aula do dia 19 de setembro de 2025, terceiro horário - 8:50 a 9:35 - no 9º A matutino.

¹³ Fonte : Arquivo de pesquisa.

a professora. Esta turma em específico é uma das poucas turmas que a professora Domingas pode de fato dar suas aulas, e nela pude perceber como é bem sucedida a professora quando a permitem cumprir com seu ofício. Isso traz novamente o autor Bourdieu (1998) para a discussão, e novamente apontou que o êxito escolar se refere às bases familiares, e até mesmo para o comportamento dos alunos na relação aluno e professor, sendo assim minha suposição é a de que na turma de 9A estejam presentes crianças, filhos em sua maioria de profissionais da educação, ou de pais oriundos de uma “classe média” por assim dizer.

Em todos os domínios da cultura, teatro, música, pintura, jazz, cinema, os conhecimentos dos estudantes são tão ricos e extensos quanto mais elevada é sua origem social. Mas é particularmente notável que a diferença entre os estudantes oriundos de meios diferentes seja tanto mais marcada quanto mais se afasta dos domínios claramente controlados pela escola, por exemplo, quando se passa do teatro clássico para o teatro de vanguarda ou para o teatro de boulevard, ou ainda, para a pintura que não é diretamente objeto de ensino, ou para a música clássica, o jazz ou o cinema. (Bourdieu, 1998 , p45)

Dessa forma, foi possível observar uma prática pedagógica satisfatória, evidenciada pela capacidade dos estudantes de mobilizar reflexões críticas e pela oportunidade concedida a eles para expor e argumentar acerca de suas próprias interpretações. A escuta atenta das exposições realizadas pelos discentes, em especial na turma do 9º ano A, contribuiu para a construção de uma relação de apreço e reconhecimento do potencial crítico do grupo. A atividade desenvolveu-se por meio de uma roda de conversa, na qual as alunas socializaram as informações coletadas em suas pesquisas. Ao longo do processo, a docente interveio de forma pontual e mediadora, acrescentando novos elementos ao debate e formulando questionamentos que estimulavam a participação ativa dos estudantes, tais como: “o que vocês podem fazer para evitar a degradação do meio ambiente?” e “quem vocês acreditam serem os responsáveis pelo desmatamento e pelo aumento das temperaturas?”. Tais problematizações favoreceram o engajamento da turma e evidenciaram um elevado nível de criticidade, refletido no retorno qualitativo dos alunos em relação à atividade proposta, bem como no rendimento coletivo observado durante a discussão.

E desse modo se deu a atividade docente da professora, de forma satisfatória. Ainda assim existem pontos que não poderia deixar de pontuar enquanto pesquisador. Em um dos professores existe presença exacerbada de discursos políticos que incentivam o alunado a se nortear pelo senso político do professor, e já neste caso a professora deixou alguns temas soltos no ar por receio de ampliar a discussão.

Durante o período de observação, na aula do dia 24/09/2025 na turma de 9º ano A no terceiro horário do período matutino em que a professora Domingas retomou a temática dos cuidados com o meio ambiente. Nessa ocasião, foi mencionada a prática de desmatamento em larga escala realizada pela fazenda agrícola Weisul, conhecida regionalmente como “Gaúchos”. A professora utilizou o sistema de produção e de trabalho da referida fazenda como exemplo de abuso ambiental. No entanto, a abordagem limitou-se à citação do problema, sendo este apenas apontado como um erro, sem um aprofundamento crítico sobre suas causas e consequências. Ao tratar da temática ambiental, especialmente considerando o contexto regional em que se insere o município de Magalhães de Almeida — cercado por extensas áreas de produção agrícola conduzidas pelos chamados “gaúchos” — torna-se fundamental uma abordagem mais contextualizada dessa situação que abrange a área da geografia e da sociologia. Essa presença é perceptível tanto no trajeto entre os municípios de Magalhães de Almeida e São Bernardo, ao longo da estrada asfaltada, quanto na região da Lagoa do Bacuri, que também delimita a divisão territorial entre os dois municípios por vias rurais e interioranas.

A questão ambiental constitui-se como uma preocupação iminente da sociedade contemporânea, na medida em que os impactos decorrentes de sua intensificação resultam em perdas progressivas e na destruição contínua dos recursos naturais, comprometendo, assim, a própria vitalidade social. Nesse contexto, seria relevante que a professora, enquanto docente da área de Geografia, promovesse uma conscientização mais enfática e incisiva acerca dos reais significados e consequências da atuação de empresas que degradam o solo e os territórios locais. Cabe ressaltar que o município de Magalhães de Almeida possui uma trajetória histórica fortemente vinculada às atividades agrícolas e à pesca, o que torna a abordagem dessa temática ainda mais significativa para a realidade dos estudantes. Dessa forma, a prática pedagógica poderia se tornar mais satisfatória e contextualizada caso a professora explorasse essa narrativa local de maneira mais aprofundada. Entretanto, é importante destacar que uma análise mais crítica e reflexiva sobre os impactos sociais dessas práticas ambientais seria ainda mais adequada se conduzida por um profissional da área de Sociologia. Tal abordagem permitiria orientar os alunos quanto à importância da ação individual em relação ao meio ambiente e às consequências sociais decorrentes dessas ações, aspectos fundamentais para a formação de uma consciência crítica e cidadã.

A professora em questão também abordou mais temas que podem ser contemplados pelas ciências sociais, em específico a Sociologia. No dia 25/09/2005 na turma do 7º ano A dentro do primeiro horário no turno matutino, a professora iniciou sua aula sobre urbanização. Por mais que novamente a professora tenha explanado o conteúdo de modo satisfatório, ainda assim percebi uma carência de criticidade. Até porque não teria como tratar do tema da Urbanização e somente pontuar as mudanças verdadeiramente físicas do campo e da cidade como o crescimento das cidades e o esvaziamento do campo. Falar da Urbanização é guiar a turma para uma reflexão crítica também sobre a vida que muda junto com os espaços, e os trabalhos e suas formas de operar que também são modificados. E especialmente ao falarmos de trabalho é indispensável pensar que a área que mais pode debater sobre este aspecto da Urbanização é a Sociologia enquanto ciência. Não que a professora de geografia não tenha feito um bom trabalho, ou que a ciência da Geografia não contemplasse essa discussão, mas o rigor crítico e analítico único da sociologia traria ao alunado além de uma conscientização, um eminente posicionamento consciente de tal situação. De modo que os alunos se localizem a si próprios e até familiares no âmbito do trabalho criando assim o senso de consciência, e a partir disso esse alunado participaria de forma mais consciente do trabalho, entendendo as injustiças, problemas e deveres que a Urbanização proporcionou com as novas formas de trabalho.

Interessante sentir que a professora recuou perante uma possível interação com o Capitalismo enquanto fato social. Na aula do dia 25/09/2025 na turma de 9º ano A no terceiro horário do turno matutino a professora iniciou uma aula sobre consumismo. Na aula em questão a professora guiou os alunos a discussões que concretizassem os mesmos de como a prática consumista é prejudicial a sociedade e meio ambiente. Contudo, ao se deparar com esse tema é impossível não interligar esse elemento com o sistema capitalista de economia e trabalho. O capitalismo é gerador vital de todo o consumismo enquanto prática manipulada. De modo que todas as estratégias possíveis promovidas pelos veículos de comunicação serão válidas para construir, propagar, convencer ou ludibriar o consumidor a comprar cada vez mais e mais, mesmo que o item seja o mesmo que já possua em casa apenas pelo fato do novo item ser de uma marca renomada.

Por mais que a professora de geografia possa e deva discutir sobre o capitalismo nesse caso em específico, ainda assim a sociologia sendo uma ciência que possui trabalhos inteiramente dedicados a este tema seria o mais adequado para uma explicação devidamente correta. Desse modo explicando sobre o fato social de modo enfático, e

explicando como ele funciona, seus impactos sociais que perduram para além da época em que os teóricos sociólogos se debruçaram arduamente, autores como Marx Weber e Karl Marx são autores que se debruçaram sobre esse tema. Sendo assim a sociologia seria um forte instrumento de conscientização para essas crianças e jovens principalmente sobre esses sistemas que acabam perdurando para além das vontades desse alunado, como por exemplo o sistema econômico.

Satisfatório seria uma boa palavra para definir minhas percepções acerca das aulas do componente Geografia. Por mais que sim, a professora pode “tocar” em temas e termos sociológicos, ainda assim não inibiu aos alunos, opiniões e desinformação despreparada para o alunado sobre os temas. A professora Domingas acabou por surpreender a mim que esta saindo do acompanhamento com o professor que mais pareceu ser problemático para este trabalho, o qual irei me debruçar sobre no tópico seguinte. Este próximo professor fez muito pelo contrário do que a professora de Geografia fez durante suas aulas, uma antítese quase irônica, por esses dois profissionais coexistirem no mesmo espaço enquanto docentes do ensino fundamental.

3.3 História : Desinformações e política

O professor Manoel Diano foi o primeiro docente que acompanhei, conforme já mencionado em tópicos anteriores, acompanhamento este que ocorreu no início do mês de maio. O componente curricular sob sua responsabilidade era a disciplina de História. É neste momento do trabalho que se evidencia o problema central da análise. Conforme observado nos tópicos anteriores, embora os professores pudessem, em determinados momentos, transitar por temas relacionados à Sociologia, alguns optavam por não aprofundar tais conteúdos ou, simplesmente, por não desenvolvê-los. Dessa forma, os conceitos e temas sociológicos acabavam sendo tratados de maneira superficial, sem o rigor científico necessário, o que compromete a abordagem adequada dos temas que constituem objeto de estudo da Sociologia.

Então já estabelecendo esses pontos primários referente às observações das aulas do professor Manoel Diano, cabe lembrar a forma que o componente curricular deverá ser ensinado por intermédio do profissional da área segundo a BNCC(2018) :

A relação passado/presente não se processa de forma automática, pois exige o conhecimento de referências teóricas capazes de trazer inteligibilidade aos objetos históricos selecionados. Um objeto só

se torna documento quando apropriado por um narrador que a ele confere sentido, tornando-o capaz de expressar a dinâmica da vida das sociedades. Portanto, o que nos interessa no conhecimento histórico é perceber a forma como os indivíduos construíram, com diferentes linguagens, suas narrações sobre o mundo em que viveram e vivem, suas instituições e organizações sociais. Nesse sentido, “O historiador não faz o documento falar: é o historiador quem fala e a explicitação de seus critérios e procedimentos é fundamental para definir o alcance de sua fala. Toda operação com documentos, portanto, é de natureza retórica (BNCC, 2018. p 395).

Esta seria a forma mais ideal a qual o determinado professor deveria se portar, como deveria desempenhar. Em pequenas partes o professor cumpriu esse pressuposto, porém em maior parte de seu percurso e prática docente o professor descumpriu com esse ímpeto. Em linhas gerais o professor de fato explanou conteúdo, suas aulas se foram sobre os temas, colonização das américas, processos e momentos históricos do Brasil pela década de 80/90, segunda guerra mundial e regimes políticos da época e também da colonização Brasileira. O professor de fato ministrou aulas desses temas, entretanto de um modo tão fragmentado e raso, e o processo de suas aulas se resumiam a passar algum vídeo curto de cinco a dez minutos no máximo. Após, passava o resto da aula tentando interligar o vídeo com o tema, e por fim passava atividades para serem feitas em casa, algumas feitas por ele, e a maioria retirada ou do livro didático que ele dificilmente usava em sala de aula e da internet.

O simples ato de falar e explicar o conteúdo não foi, em si, o aspecto que mais causou preocupação em relação a este professor, considerando a natureza do trabalho desenvolvido. O problema central encontrava-se no espaço de aproximadamente 50 minutos de aula, durante o qual o docente transitava entre o conteúdo proposto e temas socialmente atuais de maneira pouco adequada, sem demonstrar o capital cultural necessário para tratar tais questões de forma consistente e fundamentada. Desse modo, este foi o maior “problema” identificado ao longo do período de pesquisa. O professor abordava, ainda que de forma recorrente, diversos temas de natureza sociológica - e até mesmo de outras áreas, como a Política - porém sem o devido rigor conceitual, limitando-se a menções superficiais que não contribuem para uma compreensão crítica ou científica desses assuntos

Dando início a análise das aulas do professor, iniciaremos no dia 21/05/2025 no 7º ano B no segundo horário do período matutino, e de modo mais preciso o dia inteiro e não somente o segundo horário. Neste dia o professor falou em todas as turmas que deu aula a respeito de um projeto interligado com o meio ambiente, neste caso em

específico o professor não teria atravessado o campo da sociologia, mas sim deixado de incluir os grupos indígenas na base da apresentação. Seria um evento interdisciplinar, com mais dois professores, em que os alunos realizaram uma apresentação que remetesse aos cuidados com o meio ambiente. Todavia, não percebi qualquer alusão à importância que os povos indígenas carregam nessa luta a favor do meio ambiente, como se eles não fossem os maiores protetores de toda a natureza historicamente inclusive.

Esta foi uma das primeiras aulas que observei e foi justamente nesse dia que decidi redobrar a atenção às aulas do professor Manoel Diano. Tal decisão foi reforçada por uma situação ocorrida em uma das aulas de Ensino Religioso ministradas pelo mesmo docente, a qual evidenciou indícios de um cenário preocupante para as observações posteriores. De modo alarmante, esse episódio evidenciou a complexidade e a dificuldade inerentes à tarefa de enfrentar preconceitos e desigualdades por meio da educação, especialmente quando o próprio professor acaba por esquecer, excluir ou negligenciar grupos historicamente marginalizados. Esses grupos, como é o caso dos povos indígenas, seguem sendo afastados da sociedade e continuam sofrendo - e resistindo - às diversas formas de violência e agressões às quais são submetidos.

Seguindo para outro acontecimento, no dia 23/05/2025, nas turmas do 9º ano A e B, durante o primeiro horário do turno matutino, ocorreu uma situação significativa para a análise. Nesse dia específico, as turmas foram unificadas com o objetivo de evitar que uma delas permanecesse com horário vago. Na ocasião, o professor ministrava aula sobre o tema “Totalitarismo e a Segunda Guerra Mundial”. A aula teve início com a apresentação de alguns termos e conceitos relacionados ao período histórico em questão, tais como: nazismo, fascismo, socialismo e capitalismo. Em um primeiro momento, essa estratégia aparentava ser uma forma interessante de introduzir o conteúdo, podendo configurar uma roda de conversa ou uma tentativa de ouvir os alunos, instigando-os a participar da discussão e a expor suas compreensões prévias acerca do período histórico e dos conceitos apresentados. No entanto, o desenvolvimento da aula ocorreu de maneira insatisfatória, uma vez que o professor acabou abordando apenas um ou dois dos conceitos mencionados, sem buscar efetivamente a participação dos alunos ou estimular questionamentos e reflexões. Observa-se que, diferentemente do que ocorria nas aulas da professora Domingas com as turmas do 9º ano, quando o docente era o professor Manoel Diano, os alunos assumiram uma postura predominantemente passiva, limitando-se a ouvir, sem contribuir com a aula ou questionar as exposições realizadas.

Nessa aula, o professor demonstrou um posicionamento político bastante influente durante sua explanação, buscando relacionar, de forma tendenciosa, temas que ainda repercutem na atualidade - como fascismo, socialismo e capitalismo - ao contexto brasileiro. Embora deixasse claro que se tratava de um professor expondo “dados”, não eram apresentadas citações, referências ou fontes que sustentassem as afirmações realizadas. Além disso, a forma como os conteúdos eram expostos criava um ambiente no qual dificilmente algum aluno se sentiria confortável para questionar ou confrontar o docente.

Ainda que o professor demonstrasse domínio do conteúdo histórico e cumprisse formalmente o papel de ministrar a aula, esse viés político explícito — presente não apenas nessa, mas em diversas outras aulas observadas — revelou-se como o principal problema quando conceitos da Sociologia são atravessados de maneira imprudente e superficial. Essa abordagem compromete o caráter crítico e científico do ensino, transformando temas complexos em discursos pouco fundamentados e limitando a possibilidade de reflexão autônoma por parte dos alunos.

E o problema ao qual me refiro não é algo que já não foi dito neste trabalho, não. Mas, vale lembrar que a sociologia é uma ciência que permite conhecer, compreender e criticar aquilo que conhecemos e desconhecemos, ela permite criar empatia por muitos temas (Lahire, 2014). E quando um professor tenta falar sobre os temas da sociologia de modo errado, ele faz o movimento contrário, afastando ainda mais, disseminando a desinformação a fim de segregar ainda mais as massas.

Ao retornar às análises das aulas de História, no dia 23/05/2025, na turma do 8º ano A, do turno matutino, o professor em questão ministrou uma aula sobre o processo de colonização da América do Norte. O conteúdo abordava o período historicamente reconhecido como o das Treze Colônias, que posteriormente dariam origem aos Estados Unidos da América. O aspecto que mais causou preocupação nessa aula foi a forma como o professor parecia ignorar o fato de que o processo de colonização da América do Norte esteve diretamente associado ao massacre de diversos grupos sociais, sobretudo dos povos originários daquele território. Assim como ocorreu na América do Sul, todo o continente americano era habitado por diferentes povos indígenas, e, da mesma forma, tanto um genocídio quanto um etnocídio foram perpetrados também na América do Norte.

Durante suas explicações, o professor adotava uma narrativa que depreciava de maneira acentuada o Brasil, ao mesmo tempo em que enaltece os Estados Unidos da

América. Essa postura mostrou-se ainda mais contraditória quando o docente exaltava valores como a liberdade de expressão e a igualdade no contexto norte-americano. Nesse sentido, torna-se inevitável questionar quais seriam as fontes ou dados que sustentariam tais afirmações, uma vez que essas ideias eram apresentadas com aparente rigor e convicção, porém sem qualquer fundamentação explícita.

É importante pontuar que este foi o maior problema identificado ao longo das aulas do professor Manoel Diano. A ausência de fontes nas informações que o docente coleta e expõe, muitas vezes provenientes de fora do contexto formal da sala de aula, revela uma carência significativa de fundamentação teórica. Com isso, refiro-me às informações que extrapolam a principal fonte utilizada em sala - o livro didático - e que, ainda assim, são apresentadas sem referências ou embasamento científico que as sustentem. Essa prática, mesmo quando restrita ao campo da História, já configura um problema relevante, pois contribui para a construção de uma compreensão desorientada, defasada ou equivocada dos processos históricos. Entretanto, a situação se torna ainda mais preocupante quando o professor atravessa questões sociais e temas sensíveis, capazes de influenciar diretamente a formação de valores e comportamentos dos alunos. Nesse contexto, a abordagem superficial e enviesada desses temas pode favorecer a reprodução de preconceitos e a formação de sujeitos pouco críticos, distantes do respeito às normas sociais e à diversidade dos grupos que compõem a sociedade.

Em outro episódio observado, ocorrido na aula do dia 26 de maio de 2025, na turma do 9º ano A, do turno matutino, durante o terceiro horário, verificou-se uma situação que merece atenção especial. Nessa ocasião, o docente iniciou a aula abordando o tema da universidade pública, porém a discussão foi conduzida predominantemente a partir de discursos opinativos, desprovidos de fundamentação teórica ou contextualização pedagógica adequada ao nível de escolaridade dos alunos. Ao tratar da universidade pública, o professor construiu uma narrativa que a apresentava como um espaço supostamente hostil e insalubre à permanência de sujeitos que não compartilhassem determinadas posições ideológicas, sugerindo que a divergência de pensamento não seria tolerada nesse ambiente. Durante a exposição, foram utilizados termos como “doutrinação”, sem que houvesse qualquer explicação conceitual prévia ou problematização crítica, pressupondo-se, de maneira inadequada, que estudantes do 9º ano já dominassem o significado e as implicações desse conceito.

Essa abordagem revelou-se especialmente preocupante, uma vez que a universidade pública - e, por extensão, a própria educação pública - foi retratada de

forma pejorativa e deslegitimadora, contribuindo para a construção de uma imagem negativa dessas instituições junto aos estudantes. Observa-se que esse tipo de discurso, quando não mediado por critérios científicos ou pedagógicos, tende a reforçar percepções baseadas no senso comum, além de limitar a compreensão dos alunos sobre o papel social da educação pública enquanto espaço plural, democrático e produtor de conhecimento.

Além disso, ele tratou a universidade pública como um espaço para “contrair movimentos sociais de forma patológica”. Quero dizer, nesta mesma aula o professor citou um exemplo inusitado. Usando uma sobrinha como exemplo que havia ingressado em um curso de universidade pública, e nesse percurso encontrou-se em concordância com o movimento feminista e acabou saindo de lá como uma fervorosa feminista. Em um tom totalmente patologizante estigmatizante, o professor fez a universidade parecer um centro de contração de doenças. Não obstante, este professor insulta o movimento e as teorias do grande movimento social que foi e é o feminismo. Então, voltemos à função desse professor que seria a de guiar os alunos na jornada por sabedoria, mas ao invés disso o professor transforma movimentos sociais que foram e são necessários na sociedade em algo problemático para as pessoas que participam do movimento.

Desde seu início, o movimento feminista foi polarizado. Pensadoras reformistas escolheram enfatizar a igualdade de gênero. Pensadoras revolucionárias não queriam apenas alterar o sistema existente para que mulheres tivessem mais direitos. Queríamos transformar aquele sistema para acabar com o patriarcado. Como a mídia de massa patriarcal não estava interessada na visão mais revolucionária, nunca recebeu atenção da imprensa dominante. A noção de “libertação da mulher” que pegou – e ainda está no imaginário do público – era aquela que representava mulheres querendo o que os homens tinham. E essa era a ideia mais fácil de realizar. Mudanças na economia do país, depressão econômica, desemprego etc criaram um clima favorável para que cidadãos de nossa nação aceitassem a noção de igualdade de gênero no mercado de trabalho. (Hooks, 2018, p 19).

Este é apenas um pequeno trecho de uma das obras que trata das teorias feministas, de uma das autoras chave para entender o movimento, bell hooks. Nesse trecho é possível entender a complexidade do movimento social, e chamo mais uma vez a atenção a forma como o professor resolveu abordar o tema. O movimento social que atravessa o tempo até os dias de hoje, e que é rico em ramificações e lutas históricas pelos direitos das mulheres em quaisquer das vertentes que existiram e existem em todo

o movimento feminista. Toda essa riqueza foi reduzida de forma rasa e infundada que o professor Manoel Diano resolveu escolher usar para a sua explanação na aula do dia específico já mencionado.

A conscientização feminista revolucionária enfatizou a importância de aprender sobre o patriarcado como sistema de dominação, como ele se institucionalizou e como é disseminado e mantido. Compreender a maneira como a dominação masculina e o sexismo eram expressos no dia a dia conscientizou mulheres sobre como éramos vitimizadas, exploradas e, em piores cenários, oprimidas. (Hooks, 2018, p 23)

Ainda tomando das ideias transmitidas no trabalho de Hooks (2018), perceba novamente a grandeza do movimento e de fazer parte dele. A participação no movimento social ajuda na busca e conquistas de direitos por mulheres que há anos lutam por igualdade e equidade (principalmente, em uma sociedade tão desigual e hierárquica como a brasileira). A sociologia enquanto disciplina também caminharia neste caminho, de criar essa criticidade, esse conhecimento dos processos, dinâmicas e da estruturação das desigualdades.

E nisso retornamos ao grande problema, o ideal primeiramente seria um professor competente para não falar de movimentos sociais de tamanha importância desse modo como Manoel Diano fez. Mas, além disso, se este professor fosse um sociólogo, esse movimento social seria melhor descrito e ensinado de modo que não criasse qualquer mal juízo do movimento social, o que este professor pode ter feito com essa forma de tratar esse movimento. Desse modo as observações das aulas são encerradas, tendo colocado a exposição os problemas que existem no atravessamento de conceitos da sociologia de modo desesperado, e além disso mostrando um possível despreparo do professor. Ou apenas mostrar uma natureza que já habitava dentro do professor o que se torna ainda mais preocupante ao analisarmos o que estes comportamentos podem denunciar um perfil preocupante desse professor.

4. CONCLUSÃO.

Conclui-se, desse modo, que existe, de fato, um atravessamento de conteúdos formativos que podem e devem ser abordados por profissionais da Sociologia no âmbito da educação básica, em consonância com o objetivo geral deste trabalho, que consistiu

em analisar a relevância do ensino de Sociologia no Ensino Fundamental como instrumento de formação crítica e cidadã. Nessa perspectiva, docentes devidamente formados e preparados para atuar nesse nível de ensino configuram-se como alicerces essenciais para a construção de uma coletividade de cidadãos mais empáticos, reflexivos e socialmente ativos.

Os resultados apresentados ao longo da pesquisa atendem também aos objetivos específicos, ao evidenciar a importância da Sociologia para o desenvolvimento da consciência social dos estudantes, especialmente no contexto do município de Magalhães de Almeida. Ao promover a compreensão das relações sociais, das desigualdades estruturais e dos direitos sociais, o ensino sociológico contribui para o despertar dos indivíduos para a leitura crítica de sua própria realidade, fortalecendo sua participação consciente na dinâmica social. Ademais, ao analisar o papel da escola enquanto espaço privilegiado de socialização, este estudo demonstrou que o investimento na educação não constitui um excesso, mas uma necessidade estrutural. Tal constatação dialoga diretamente com o objetivo específico de refletir sobre a função social da escola na formação de sujeitos autônomos, capazes de compreender seu lugar na sociedade e de atuar na manutenção e transformação do tecido social.

No que se refere ao contexto socioeconômico de Magalhães de Almeida, caracterizado por condições de maior vulnerabilidade social, os achados da pesquisa corroboram o objetivo específico de discutir a formação integral dos estudantes para além da inserção no mercado de trabalho. Embora a preparação para o mundo do trabalho seja relevante, evidencia-se que a formação cidadã - que inclui o conhecimento dos próprios direitos, a capacidade de posicionamento frente às adversidades sociais e o reconhecimento da própria identidade cultural - revela-se ainda mais significativa para esse público.

Por fim, ao comparar a centralidade das disciplinas tradicionais da educação básica com aquelas voltadas à formação ética, moral e crítica, este trabalho alcança seu objetivo específico de defender a Sociologia como componente curricular fundamental no Ensino Fundamental. Ao articular conhecimentos históricos, geográficos, filosóficos e culturais, a Sociologia apresenta-se como uma disciplina capaz de integrar saberes e contribuir decisivamente para a formação de um novo cidadão magalhense: crítico, consciente e apto a participar de forma ativa e transformadora da sociedade.

Trazendo mais uma vez o grande autor matriz deste trabalho :

Outros, enfim, se apoiando na mesma análise da relação das diferentes classes sociais do sistema escolar, deduziram disso, nos anos 1970, que era a estrutura desigual do mundo social que deveria revolucionar e que todo progresso em matéria de acesso ao saber e à cultura dependeria da capacidade de “mudar as relações sociais de classe”. Somente uma “sociedade sem classes” poderia levar a uma real redução das desigualdades culturais. (Lahire, 2014, p.47).

Não é exagero afirmar que o ideal defendido por Bernard Lahire, especialmente em suas reflexões de 2014 acerca da desigualdade educacional, converge diretamente com o objetivo central deste trabalho: a construção de uma educação mais equitativa, capaz de enfrentar as assimetrias produzidas pelas estruturas de classe. Essa perspectiva dialoga também com Pierre Bourdieu, ao evidenciar como a escola, ao invés de neutralizar as desigualdades sociais, muitas vezes contribui para sua reprodução por meio da valorização desigual dos capitais culturais.

Nesse sentido, o ponto de partida para a efetivação de um projeto educacional mais democrático e socialmente comprometido deve incidir sobre os grupos que historicamente experimentam as maiores privações, como se observa no contexto do município de Magalhães de Almeida. São esses sujeitos que compõem a maioria da população escolar e que, paradoxalmente, são os mais afetados pelas limitações estruturais do sistema educacional. Porém, para que esse processo de transformação se concretize, torna-se indispensável a participação consciente dos responsáveis pelos estudantes, compreendendo-se a educação como uma responsabilidade coletiva. Práticas que afastam os adolescentes da educação básica, seja por desestímulo simbólico ou por desvalorização de sua trajetória escolar, tendem a aprofundar os processos de exclusão. Em oposição a isso, faz-se necessária a construção de estratégias que promovam a permanência, o engajamento e o reconhecimento do aluno enquanto sujeito do processo educativo.

Ao tratar desse aspecto, este trabalho volta-se de maneira específica ao papel do corpo docente, sem incorrer em generalizações indevidas. Conforme evidenciado ao longo da pesquisa, a atuação pedagógica do professor constitui um elemento decisivo - um verdadeiro “divisor de águas” - no percurso educacional do estudante. Para além das determinações familiares e socioeconômicas, o docente ocupa posição central na mediação do conhecimento e na formação crítica do educando. Sob essa perspectiva, as reflexões de Paulo Freire tornam-se fundamentais, sobretudo ao criticar a educação bancária e defender uma prática pedagógica dialógica, crítica e emancipadora. Um

professor despreparado, que se limita a discursos opinativos ou que trata temas sociais complexos - como os movimentos sociais - de forma reducionista, patologizante ou desprovida de embasamento teórico, contribui para o afastamento do alunado e para o esvaziamento do sentido da experiência escolar.

Dessa maneira, conclui-se que a efetiva redução das desigualdades educacionais não depende exclusivamente de reformas estruturais ou de políticas públicas isoladas, mas também de uma prática docente comprometida com a formação crítica, com o rigor teórico e com o reconhecimento da diversidade social dos estudantes. A escola, quando orientada por tais princípios, pode deixar de ser um espaço de reprodução das desigualdades e tornar-se, de fato, um instrumento de transformação social.

Diante do exposto, reafirma-se que a Sociologia, enquanto campo de conhecimento comprometido com a análise crítica da realidade social, ocupa papel estratégico na consolidação de uma educação verdadeiramente democrática. Sua inserção e fortalecimento no Ensino Fundamental não devem ser compreendidos como um acréscimo meramente curricular, mas como uma condição necessária para a formação de sujeitos capazes de interpretar, questionar e intervir conscientemente no mundo social em que estão inseridos. Assim, ao considerar as especificidades históricas, sociais e econômicas do município de Magalhães de Almeida, este trabalho evidencia que a ampliação do ensino sociológico pode contribuir de maneira significativa para a redução das desigualdades simbólicas e culturais que atravessam a trajetória escolar dos estudantes. Ao possibilitar o acesso a instrumentos teóricos e conceituais que favorecem a compreensão das relações de poder, das dinâmicas de classe e dos processos de exclusão social, a Sociologia amplia o horizonte formativo dos alunos, permitindo-lhes reconhecer-se como sujeitos históricos e sociais.

Por conseguinte, a defesa do ensino de Sociologia no Ensino Fundamental não se limita a uma proposição pedagógica, mas assume caráter político e social, na medida em que se articula à luta por justiça social, igualdade de oportunidades e democratização do saber. Essa perspectiva reafirma o compromisso da educação com a formação integral do indivíduo, superando concepções utilitaristas restritas à lógica do mercado de trabalho.

Portanto, investir em uma educação sociologicamente orientada significa apostar na construção de uma sociedade mais consciente, crítica e participativa. Ao romper com práticas pedagógicas descontextualizadas e reprodutoras das desigualdades, a escola pode-se afirmar como espaço privilegiado de emancipação, contribuindo para a

formação de cidadãos capazes não apenas de se adaptar à sociedade existente, mas de transformá-la.

REFERÊNCIAS

ANIBAL, Q. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociais, 2005.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 1.ed. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BERNARD, L. **A cultura dos indivíduos**. 85 363-0593-2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BERNARD, L. Revista de Ciências Sociais. **Viver e interpretar o mundo social : para que serve o ensino da sociologia?**, Fortaleza, jan/jun 2014., p. 45-61

BEZERRA, G. W. **Magalhães de Almeida e Sua Historia**. Imperatriz: Academia Magalhense de Letras(ALMAG), 1999.

BOURDIEU, P. **A reprodução**. 3. ed. Rio de Janeiro - RJ: Livraria francisco Alves Editora S.A., v. 1, 1970.

BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. 9. ed. Pretópeli, RJ: Editora Vozes Ltda, 1998.

BRASIL.MINISTERIO DA EDUCAÇÃO(MEC). Base Nacional Comum Curricular: educação infantil e ensino fundamental. **MEC**, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EL_EF110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 20 Maio 2025.

CIÊNCIA HOJE. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. **Revista Ciência Hoje**, 2025. Disponível em: <https://www4.fe.usp.br/>. Acesso em: 22 Maio 2025.

DURKHEIM, É. **Educação e sociologia**. Petropolis - RJ: Vozes LTDA, 2011.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (FEUSP). Universidade de São Paulo. **Faculdade de Educação da USP**, 2025. Disponível em: <https://www4.fe.usp.br/>. Acesso em: 22 Maio 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**. 1. ed. Paris: Gallimard, 1963.

FUNDAÇÃO, LEMAN. Magalhães de Almeida : Ideb. **Qedu**, 2023. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/2106300-magalhães-de-almeida/ideb>. Acesso em: 18 Maio 2025.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. 1. ed. Rio Janeiro: LTC, 1989.

GONZALES, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, B. **Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade**. 1. ed. São Paulo: Martins fontes, 2017.

HOOKS, B. **O Feminismo é para Todo Mundo Políticas Arrebatadoras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosas dos Tempos, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). Cidades: Magalhães de Almeida. **IBGE**, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/magalhães-de-almeida.html>. Acesso em: 15 Maio 2025.

KRENAK, A. **Ideias para Adiar o Fim do Mundo**. 1. ed. São Paulo: House Of anansi, 2017.

MAGALHÃES DE ALMEIDA (MA). PREFEITURA MUNICIPAL. Magalhães de Almeida. **Secretaria Municipal de Magalhães de Educação**, 2025. Disponível em: <https://www.magalhãesdealmeida.ma.gov.br/>. Acesso em: 16 Maio 2025.

MAGALHÃES, A. *et al.* **Sociologia Escolar Ensino, Discussões e Experiências**. 1º. ed. Porto Alegre: CirKula LTDA, 2018.

MIGNOLO, W. D. Caderno de letras da UFF. **Desobediência epistêmica : A opção descolonial e o significado de identidade em política**, 2007., p. 30

NAZARÉ, M. A SOCIOLOGIA NO ENSINO FUNDAMENTAL: uma experiência em construção nas Escolas Municipais de Belém- Pará, Brasil. **Las encrucijadas abiertas de América Latina la sociologia en tiempos de cambio**, Rio dos Sinos, Dezembro 2017., p. 15

O GLOBO BRASIL. Filosofia e sociologia passam a ser obrigatórias em mais de 23mil escolas com ensino médio. **O Globo**, 2012. Disponível em: oglobo.globo.com/brasil/educação/filosofia-sociologia-passam-a-ser-obrigatórias-em-mais-de-23mil-escolas-com-ensino-médio-4567368. Acesso em: 02 Junho 2025

PRADINI, R. **Mitologia dos Orixás**. 1. ed. São Paulo : Schwarcz S.A, 2001.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 1. ed. Maricá:
Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

APÊNDICE

Apêndice I : Questionario

1. Nome ?

ATENÇÃO! informo que os nomes dos profissionais tal qual o da escola não ira ser informado no trabalho, serão utilizados nomes fictícios em prol de um exercício ético para com os professores que aceitaram participar da pesquisa de campo.

2. Gênero ?

Marcar apenas uma oval.

Masculino

Feminino

Outro

3. Idade ?

4. Religiosidade ?

5. Formação ?

Professor(a) neste campo liste suas formações, diplomas que possuir, por favor informe, a titulação, ano que foi concluída e a instituição onde cursou .

6. Disciplina ?

7. Turmas ?

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários